

Insegurança alimentar e nutricional no Brasil: contribuições a partir da economia política da saúde – Revisão Sistemática Integrativa

Beatriz Campanerut Fernandes (1); Lúcia Dias da Silva Guerra (2)

(1) Curso de Especialização em Economia e Gestão em Saúde. Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). E-mail: beatriz.campanerut@gmail.com

(2) Professora Substituta do Curso de Saúde Pública, Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Política, Gestão e Saúde. E-mail: luciadsguerra@alumni.usp.br

RESUMO

A insegurança alimentar e nutricional (IAN) afeta milhões de pessoas globalmente. Em 2022, o Brasil registrou 33,1 milhões de indivíduos passando fome. Diversos fatores contribuem para a IAN, como pobreza, falta de acesso à saúde básica, educação nutricional insuficiente e instabilidade econômica. Por outro lado, a produção agrícola brasileira tem aumentado constantemente, com expansão de terras cultivadas e aumento na colheita, visando a monocultura e a expansão do mercado externo. Este estudo é uma revisão integrativa da literatura científica, onde foi realizada uma seleção sistematizada de publicações através da pergunta norteadora: "O que a literatura científica apresenta sobre a relação entre a insegurança alimentar e nutricional e os aspectos econômicos da produção agrícola a partir das agendas políticas de governo nos últimos 20 anos?". Os critérios de inclusão foram: artigos científicos publicados nos últimos 20 anos; idiomas: português, inglês, espanhol ou francês; publicações oficiais do governo. As bases de dados utilizadas foram BVS/Lilacs, Scopus e Pubmed/Medline. Após os critérios de inclusão, 44 artigos científicos permaneceram na revisão e outros 10 foram incluídos a partir de publicações oficiais do governo. O estudo alcançou seu objetivo ao traçar a trajetória da luta contra a insegurança

alimentar e nutricional nos últimos 20 anos e evidenciar a disparidade entre essa realidade e a produção agrícola.

Palavras-chaves: Insegurança Alimentar e Nutricional; Produção Agrícola; Fatores Econômicos; Fome; Política.

ABSTRACT

Food and nutrition insecurity (IAN) affects millions of people globally. In 2022, Brazil recorded 33.1 million individuals going hungry. Several factors contribute to IAN, such as poverty, lack of access to basic health, insufficient nutritional education and economic instability. On the other hand, Brazilian agricultural production has been constantly increasing, with expansion of cultivated land and increase in harvest, aiming at monoculture and expansion of the foreign market. This study is an integrative review of the scientific literature, where a systematised selection of publications was carried out through the guiding question: "What does the scientific literature present about the relationship between food and nutritional insecurity and the economic aspects of agricultural production from the political agendas of the government in the last 20 years?". Inclusion criteria were: scientific articles published in the last 20 years; languages: Portuguese, English, Spanish or French; official government publications. The databases used were BVS/Lilacs, Scopus and Pubmed/Medline. After the inclusion criteria, 44 scientific articles remained in the review and another 10 were included from official government publications. The study achieved its objective by tracing the trajectory of the fight against food and nutrition insecurity over the last 20 years and highlighting the disparity between this reality and agricultural production.

Keywords: Food and Nutrition Insecurity; Agricultural production; Economic Factors; Hunger; Politics.

INTRODUÇÃO

Ao analisarmos o contexto político dos últimos 20 anos no Brasil, podemos traçar a trajetória conturbada das políticas públicas projetadas para o combate da insegurança alimentar e nutricional (IAN), com destaque para o período recente da pandemia da COVID-19^{1,2}. Mesmo com avanços e retrocessos, o Brasil havia saído do mapa da fome em 2014 segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura³, destacando-se por sua estratégia no combate à fome.

O cenário político construído em governos progressistas, no período de 2003 a 2015, não perdurou muito, já em 2015 o projeto começou a apresentar instabilidades. Em 2020, por conta da pandemia da COVID-19, a IAN se intensificou, agravando ainda mais a situação da fome no Brasil. Porém, não foi apenas a pandemia a causa do declínio para a volta do Brasil ao mapa da fome da ONU⁴. O desfinanciamento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o seu desmonte por dentro, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por meio da Emenda Constitucional 87 de 01 de janeiro de 2019 pela presidência da república, foi um dos diversos motivos para que isso acontecesse. Desde então, vivenciamos o retorno da crise alimentar mundial e os seus efeitos da insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

Em 2022, 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de fome no Brasil, expressa pela forma mais grave de IAN¹. Em contraste a esses dados de IAN, no mesmo ano, a produção agrícola registrou mais de 263 milhões de toneladas de cereais, leguminosas, oleaginosas, entre outras produções, equivalente a \$814,77 milhões de reais². O descompasso entre a produção agrícola no Brasil e a situação alimentar chama atenção por conta da disparidade entre os valores e as políticas de governo adotadas neste período para financiamento agrícola do agronegócio e esquecimento da agricultura familiar.

O objetivo deste artigo não é fazer uma análise histórica das políticas de combate a IAN, mas é importante saber que diversos foram os programas criados para o seu enfrentamento. Ao traçarmos uma linha do tempo, podemos ver que as ações para o combate da IAN começaram na década de 1930. No decorrer da história, podemos ver que existe uma lacuna na falta de criação desses programas e uma política pública que de fato produzisse os meios programáticos para o enfrentamento da fome e das diversas situações de IAN, e ao

mesmo tempo houve um crescimento exponencial da população brasileira e as ações realizadas não supriam as necessidades da população.

A criação de políticas e programas voltados para o enfrentamento da IAN estiveram sempre presentes, mas o fato é que as crises econômicas externas e internas, a despolítica da sociedade, a descontinuidade e descentralização dos recursos financeiros⁵, por diversas vezes desestabilizaram os avanços dessas políticas públicas de combate à fome, além da falta de prioridade na agenda política do governo federal. O que contradiz com o histórico de produção agrícola que sempre alcança valores altos e garante de alguma forma o produto interno bruto (PIB) com as exportações agrícolas.

Diante da necessidade de entender melhor essa relação insegurança alimentar e nutricional e os aspectos econômicos, é que este estudo busca elementos da economia política da saúde para reconstruir um quadro explicativo do cenário brasileiro.

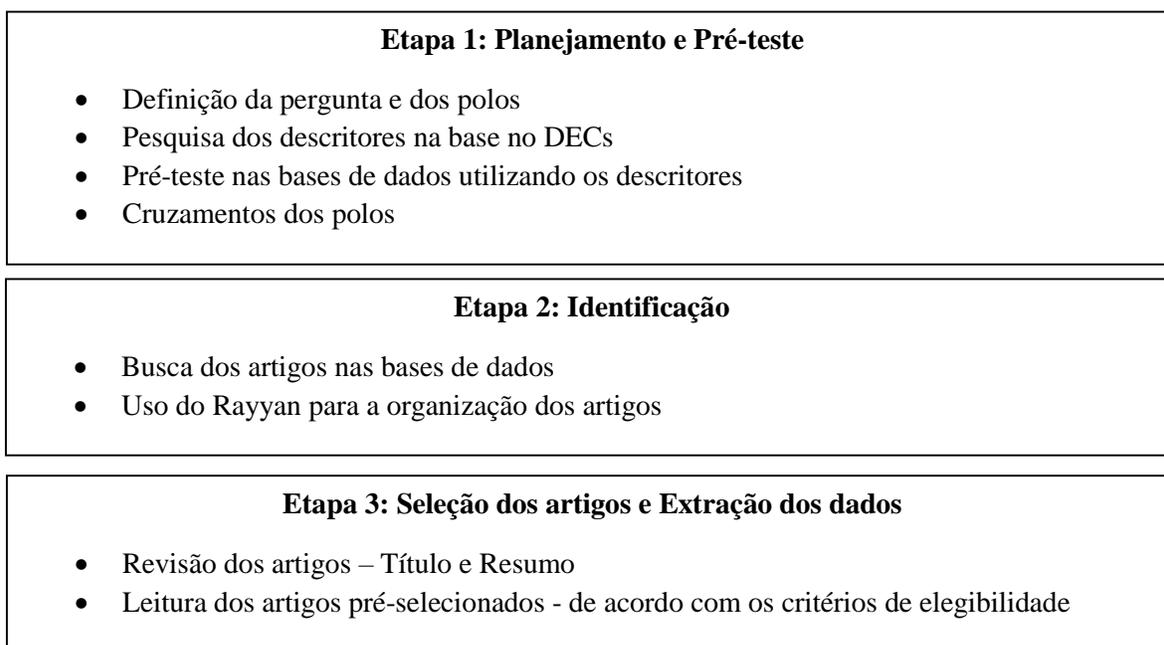
MÉTODO DE PESQUISA

Este trabalho é uma revisão integrativa da literatura, que tem por objetivo analisar as evidências disponíveis na literatura científica sobre a insegurança alimentar e nutricional no cenário brasileiro a partir da economia política da saúde em um período de 20 anos. Por tanto, identificamos na literatura científica as publicações sobre a insegurança alimentar e nutricional relacionadas com aspectos econômicos da agenda política brasileira no período de 20 anos; buscando analisar a disparidade entre produção agrícola nacional e cenário de aumento de insegurança alimentar e nutricional no Brasil; e discutir as políticas sociais e econômicas para o combate da insegurança alimentar e nutricional a partir da economia política da saúde. Para isso, a pergunta norteadora desta revisão foi a seguinte: "O que a literatura científica apresenta sobre a relação entre a insegurança alimentar e nutricional e os aspectos econômicos da produção agrícola a partir das agendas políticas de governo nos últimos 20 anos?".

Etapas da Revisão: Fontes de dados e Estratégia de busca

A condução desta revisão ocorreu por meio de três etapas: 1) planejamento e pré-teste, 2) identificação, 3) seleção e extração de dados (Quadro 1).

Quadro 1. Diagrama com as etapas da revisão sistemática: planejamento e pré-teste, identificação, seleção e extração de dados.



Inicialmente foi definida a pergunta norteadora. Posteriormente, definiu-se os critérios de inclusão: (a) tipo de documento – artigo científico publicados nos últimos 20 anos; (b) idioma: português, inglês, espanhol ou francês; (c) publicações oficiais disponíveis nos sites do governo brasileiro.

As bases de dados selecionadas foram BVS (Lilacs), Scopus (Elsevier), Pubmed (Medline). Os termos primários de busca foram insegurança alimentar e nutricional (fenômeno), produção agrícola (objeto); aspectos econômicos (contexto). Em seguida, realizou-se um mapeamento dos descritores e dos sinônimos utilizados nos DeCS (Descritores em Ciências da Saúde da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS) (Quadros 1 e 2) para a identificação da terminologia padronizada que auxilia na definição dos assuntos, nos títulos e palavras-chave dos artigos científicos disponíveis em cada base de dados. Em seguida, foi elaborada a primeira estratégia de busca, que não apresentou muitos resultados, perante essa situação, foi vista a necessidade de criar um polo 4 para direcionar a pesquisa e delimitar o período de interesse da pesquisa. Sendo assim, foram usados os termos livres “lula”, “solsonaro”, “dilma”, “temer” (que foram os presidentes da república durante o período de 2003 a 2022), e “programa fome zero”, “plano safra”, “governo brasileiro”, que

também se enquadram na temática da pesquisa e não apareceram como descritores. Em seguida, foram realizados pré-testes dos cruzamentos de buscas nas três bases de dados, com a utilização dos operadores booleanos: AND, OR; as pesquisas com a estratégia de busca foram feitas tanto em português quanto em inglês.

Quadro 1. Descritores primários e quantidades de artigos identificados no pré-teste realizado na BVS/Lilacs.

Polo 1 – Fenômeno Insegurança Alimentar e Nutricional	Insegurança alimentar	D000084884	N= 112
	Assistência Alimentar	D063105	N= 1667
	Política Nutricional	D018673	N= 8393
	Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação	DDCS016554	N= 574
	Segurança Alimentar	D000082302	N= 831
Polo 2 – Objeto Produção Agrícola	Produção agrícola	D000069599	N= 1770
	Agricultura	D000383	N= 29911
	Produtos Agrícolas	D018556	N= 13196
Polo 3 – Contexto Aspectos Econômicos	Fatores Socioeconômicos	D012959	N= 106112
	Economia	D004467	N= 3340
	Economia dos Alimentos	DDCS016476	N= 40
	Economia Rural	DDCS035105	N= 28

Quadro 2. Descritores primários e sinônimos utilizados para a construção da estratégia de busca nos idiomas: português.

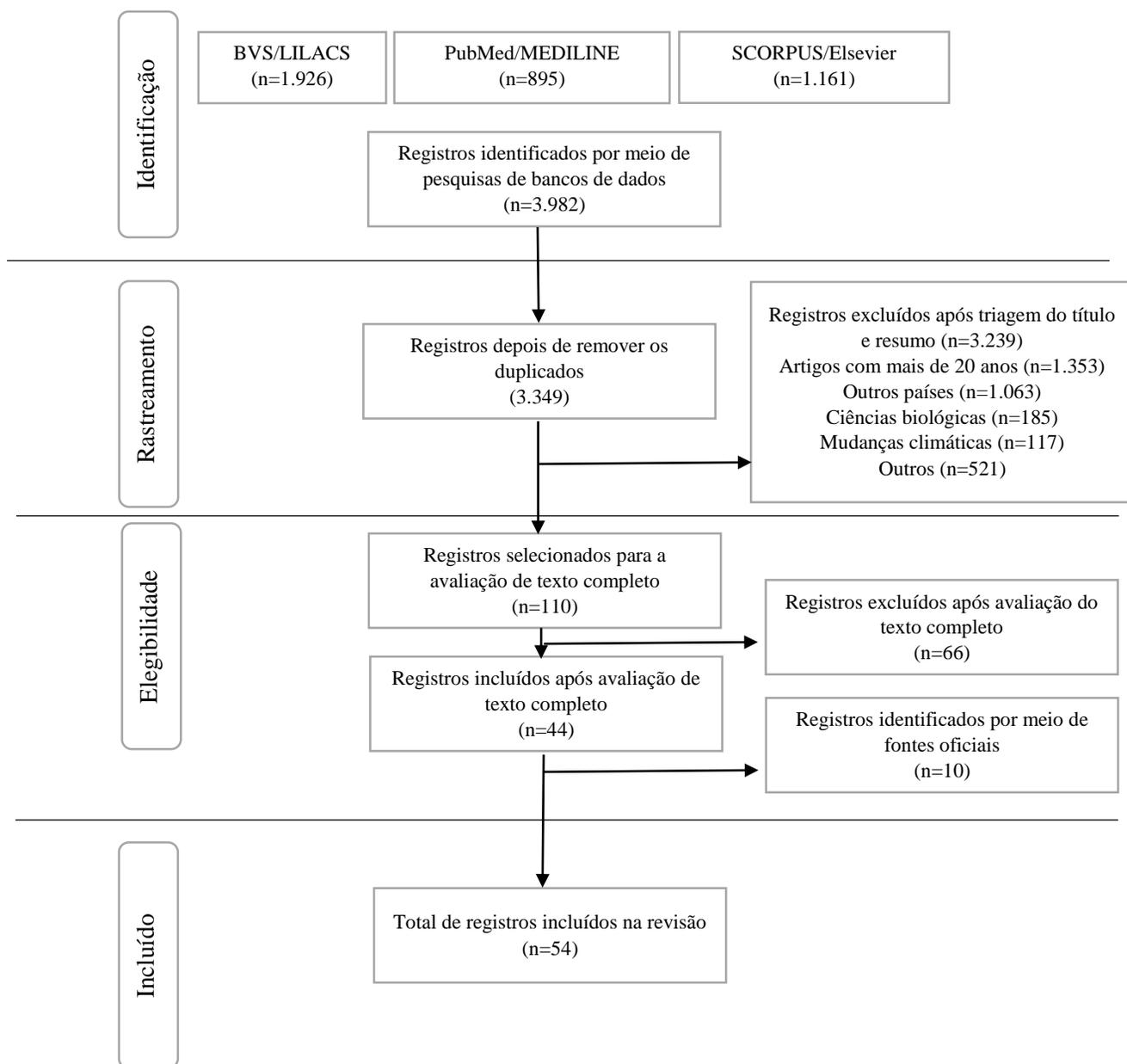
POLO	SINTAXE	ARTIGOS
Polo 1 - Fenômeno Insegurança Alimentar Nutricional	mh:("insegurança alimentar" OR "assistencia alimentar" OR "politica nutricional" OR "programas e politicas de nutricao e alimentacao" OR "seguranca alimentar")	N= 5.461
Polo 2 - Objeto Produção Agrícola	mh:("producao agricola" OR "agricultura" OR "produtos agricolas")	N= 65.607
Polo 3 - Contexto Aspectos Econômicos	mh:("economia e organizacoes economicos" OR "fatores socioeconomicos" OR "economia" OR "economia dos alimentos" OR "economia rural")	N= 30.289
Polo 4 - Termos Livres	“lula” OR “bolsonaro” OR “dilma” OR “temer” OR “programa fome zero” OR “plano safra” OR “governo brasileiro”	N= 52

Para o gerenciamento das referências (n= 3.982) foi utilizado o *software Rayyan*, nesta etapa identificou-se automaticamente 96 textos com duas cópias exatas e 50 textos com três cópias exatas, totalizando 196 artigos que foram excluídos. A análise foi feita com 3.786 artigos.

Foram definidos os critérios de exclusão e inclusão. Critérios de exclusão: artigos que foram publicados antes do ano 2003 (n= 1.353); artigos que se referiam a outro país e não o Brasil; artigos que se referiam às ciências biológicas; artigos sobre mudanças climáticas; artigos que se referiam a química dos pesticidas utilizados na agricultura. Critérios de inclusão: artigos publicados nos últimos 20 anos referentes ao Brasil, independente da língua de publicação, português, inglês, espanhol ou francês; artigos que abordavam a política econômica da saúde relacionada à insegurança alimentar e nutricional, segurança alimentar e nutricional, assistência alimentar, política nutricional, programas e políticas de nutrição e alimentação, e segurança alimentar e nutricional; produção agrícola, agricultura, produtos agrícolas; economia e organizações econômicos, fatores socioeconômicos, economia, economia dos alimentos, economia rural; foram incluídos também artigos que citavam os

governantes fora do período de pesquisa. Permaneceram na revisão 54 registros, conforme apresentado abaixo no Fluxograma Prisma.

Fluxograma prisma



Levando em consideração o tema do trabalho, além dos artigos científicos foram feitas consultas das agendas políticas e os decretos dos últimos 20 anos nos sites oficiais do governo para mapear as transformações de cada governo e as medidas tomadas para o

combate à fome e a insegurança alimentar e nutricional em disparidade com as medidas tomadas para as transformações do setor agrícola no Brasil (Quadro 3).

Análise e interpretação dos dados

Os registros identificados (artigos, programas de governos e publicações oficiais) foram analisados a partir dos objetivos definidos nesta revisão: os aspectos econômicos que influenciaram nas políticas sociais de combate à fome e a insegurança alimentar; a disparidade entre a quantidade da produção agrícola nacional e o aumento da quantidade de brasileiros em insegurança alimentar. Os dados foram interpretados à luz da literatura da economia política da saúde.

Quadro 3. Quadro síntese com os registros incluídos na revisão.

ID	Títulos (Artigos Científicos)	Autor/Ano
1	O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços?	Elizabetta Recine. 2017
2	Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar	Flavia Schwartzman; Claudia Andrea Rodriguez Mora; Claudia Maria Bogus; Betzabeth Slater Villar. 2017
3	É preciso seguir com as compras diretas da agricultura familiar local pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar	Flavia Schwartzman; Claudia Andrea Rodriguez Mora; Claudia Maria Bogus; Betzabeth Slater Villar. 2017
4	The effect of new purchase criteria on food procurement for the Brazilian school feeding program	Panmela Soares; Carmen Davó-Blanes; Suellen Secchi Martinelli; Leonardo Melgarejo Suzi Barletto Cavalli. 2017
5	Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	Angelita Pinto Libermann; Geysler Rogis Flor Bertolini. 2015
6	Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar	Elisa Braga Saraiva; Ana Paula Ferreira da Silva; Anete Araújo de Sousa; Gabrielle Fernandes Cerqueira; Carolina Martins dos Santos Chagas; Natacha Toral. 2013
7	Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	Betzabeth Slater Villar; Flavia Schwartzman; Bruna Lourenço Januario; Jamile Fernandes Ramos. 2013

8	The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security	Emilie Sidaner; Daniel Balaban; Luciene Burlandy. 2012
9	Agricultural land systems importance for supporting food security and sustainable development goals: A systematic review	Cláudia M. Viana; Dulce Freire; Patrícia Abrantes; Jorge Rocha; Paulo Pereira. 2022
10	Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program	Paula Torres Trivellato; Silvia EloizaPriores; Sylvia do Carmo Castro Franceschini; Ricardo Henrique Silva Santos; Bianca Aparecida Lima Costa. 2019
11	Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde	Lucimar Moreira Guimarães Batista; Sônia Machado Rocha Ribeiro; Ricardo Henrique Silva Santos; Raquel Maria Amaral Araújo; Andréia Queiroz Ribeiro Sílvia Eloiza Priore; Ceres Mattos Della Lúcia; Rogério de Paula Lana; Gisely Peron Gasparoni. 2016
12	Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo	Olívia Maria de Paula Alves Bezerra; Débora Maria Soares de Souza. 2013
13	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19	Regina Helena Rosa Sambuichi; Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida; Gabriela Perin; Paulo Asafe Campos Spínola; Antônio Fernando Costa Pella. 2020

14	Abastacimento e Segurança Alimentar. Os Limites da Liberalização	Walter Belik; Renato S. Maluf. 2000
15	O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola	Raquel Maria Rigotto; Fernando Ferreira Carneiro; Alice Maria Correia Pequeno Marinho; Mayara Melo Rocha; Lara de Queiroz Viana Braga; Maiana Maia Teixeira; Vanira Matos Pessoa; Ana Cláudia de Araújo Teixeira; Maria de Lourdes Vicente da Silva. 2012
16	Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future	Márcia C Castro; Adriano Massuda; Gisele Almeida Naercio; Aquino Menezes-Filho; Mônica Viegas Andrade, et al. 2019
17	Nutrition support in Brazil: past, present, and future perspectives	Waitzberg, Dan L; Antonio Carlos Campos. 2004
18	Purchases from family agriculture for school feeding in Brazilian capitals	Patricia Camacho Dias; Isis Ribeiro de Oliveira Barbosa; Roseane Moreira Sampaio Barbosa; Daniele Mendonça Ferreira; Kamilla Carla Bertu Soares; Daniele da Silva Bastos Soares; Patrícia Henriques; Luciene Burlandy. 2019

19	Multimistura et Sécurité alimentaire au Brésil	Nádia Bandeira Sacenco Kornijezuk. 2011
20	Harvesting rainwater for food security: farmers' perceptions of the Boardwalk Cisterns Program in Alagoas, Brazil	Tatiana Canuto Silva; Cecilia Rocha; Juliana R Mota; Silvia Maria Voci; Cristine G Gabriel; Fernando F Curado. 2021
21	Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil	Camila Christine de Souza Cherol; Aline Alves Ferreira; Rosana Salles-Costa. 2021
22	Is domestic agricultural production sufficient to meet national food nutrient needs in Brazil?	João Pompeu; Camille L. Nolasco Paul West; Pete Smith; Jacqueline Gerage; Jean Ometto. 2021
23	Contribution of the production for self-consumption to food availability and food security in households of the rural area of a Brazilian city	Luiza Veloso Dutra; Dayane de Castro Moraes; Ricardo Henrique Silva Santos; Sylvia do Carmo Castro Franceschini; Silvia Eloiza Priore. 2018
24	Commodities for export still threaten rainforests in Brazil	Luiz Antonio Martinelli; Paulo Moutinho. 2010
25	National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018	Rosana Salles-Costa; Aline Alves Ferreira; Ruben Araujo de Mattos; Michael E Reichenheim; Rafael Pérez-Escamilla; Juliana de Bem-Lignani; Ana Maria Segall-Corrêa. 2022

26	How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic?	Carolina Abreu de Carvalho; Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola; Naiara Esperandio. 2021
27	Estimating the magnitude of the food loss and waste generated in Brazil	Glenio Piran Dal' Magro; Edson Talamini. 2019
28	Cash transfer in Brazil and nutritional outcomes: a systematic review	Ana Paula Bortoletto Martins; Daniela Silva Canella; Larissa Galastrì Baraldi; Carlos Augusto Monteiro. 2013
29	Food Insecurity during Pregnancy in a Maternal-Infant Cohort in Brazilian Western Amazon	Alanderson A Ramalho; Cibele M Holanda; Fernanda A Martins; Bárbara TC Rodrigues; Débora M Aguiar; Andreia M Andrade; Rosalina J Koifman. 2020
30	Food Insecurity in Urban and Rural Areas in Central Brazil: Transition from Locally Produced Foods to Processed Items	Livia Penna Firme Rodrigues; Raissa Costa Carvalho; Agatha Maciel; Polyanna Nunes Otanasio; Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello; Gabriela Bielefeld Nardoto. 2016
31	The Bolsa Família cash transfer program and food and nutrition security in Brazil: a critical review of the literature	Rosângela Minardi Mitre Cotta; Juliana Costa Machado. 2013
32	Government strategies to ensure the human right to adequate and healthy food facing the Covid-19 pandemic in Brazil	Aline do Monte Gurgel; Carla Caroline Silva dos Santos; Kelly Poliany de Souza Alves; Juciany Medeiros de Araujo; Vanessa Sá Leal. 2020

33	Food security, income, and the Bolsa Família program: a cohort study of municipalities in Paraíba State, Brazil, 2005-2011	Caroline Sousa Cabral; Amanda Gonçalves Lopes; Johnnatas Mikael Lopes; Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna. 2014
34	Long-term effect of the Brazilian Workers' Food Program on the nutritional status of manufacturing workers: A population-based prospective cohort study	Karina G. Torres; Ingrid WL Bezerra; Gabriela S. Pereira; Raiane M. Costa; Anissa M. Souza; Antonio G. Oliveira. 2020
35	Food insecurity as an indicator of inequity: analysis of a population survey	Giseli Panigassi; Ana Maria Segall-Corrêa; Letícia Marin-León; Rafael Pérez-Escamilla; Maria de Fátima Archanjo Sampaio; Lucia Kurdian Maranhã. 2008
36	Sustainability of an innovative school food program: a case study in the northeast of Brazil	Mariana Navarro Tavares de Melo; Ronice Maria Pereira Franco de Sá; Djalma Agripino de Melo Filho. 2016
37	Impactos do Programa Brasil Carinhoso na Educação Saúde e Renda	Nayara Magda Gomes Barbosa da Costa; Francisco Herbert Lima Vasconcelos; Tiago da Costa Silva Barbosa; Natã da Costa Silva. 2021
	Agenda de Políticas Públicas/Decretos/Programas de Governo/Publicações Oficiais voltadas ao combate da IAN	Autor/Ano
38	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). VIGISAN. II. 2022

39	Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). VIGISAN I. 2020
40	Decreto oficial da União No 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020 e Decreto No 10.530, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Presidência da República. Jair Messias Bolsonaro. 2020
41	Balço de dois anos do Governo do Presidente Jair Bolsonaro	Governo Federal. 2020
42	Emenda Constitucional 87, de 01 de janeiro de 2019	Presidência da República. Jair Messias Bolsonaro. 2019
43	O Caminho da prosperidade, proposta de plano de governo	Presidência da República. Jair Messias Bolsonaro. 2018
44	Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2017
45	A travessia social	Presidência da República. Michel Temer. 2016
46	Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2016
47	Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2015

48	Pacto Nacional para Alimentação Saudável	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. 2015
49	Programa de Governo Dilma Rousseff	Presidência da República. Dilma Rousseff. 2014
50	O Brasil sem miséria	Tereza Campello; Janine Mello. 2014
51	Guia alimentar para a população Brasileira	Ministério da saúde secretaria de atenção à saúde departamento de atenção Básica. 2014
52	Ação Brasil Carinhoso	Secretaria de Educação Básica. 2012
53	Fome Zero I e Fome Zero II	Adriana Veiga Aranha. 2010
54	Programa de Governo 2002	Presidência da República. Luis Inacio Lula da Silva. 2002

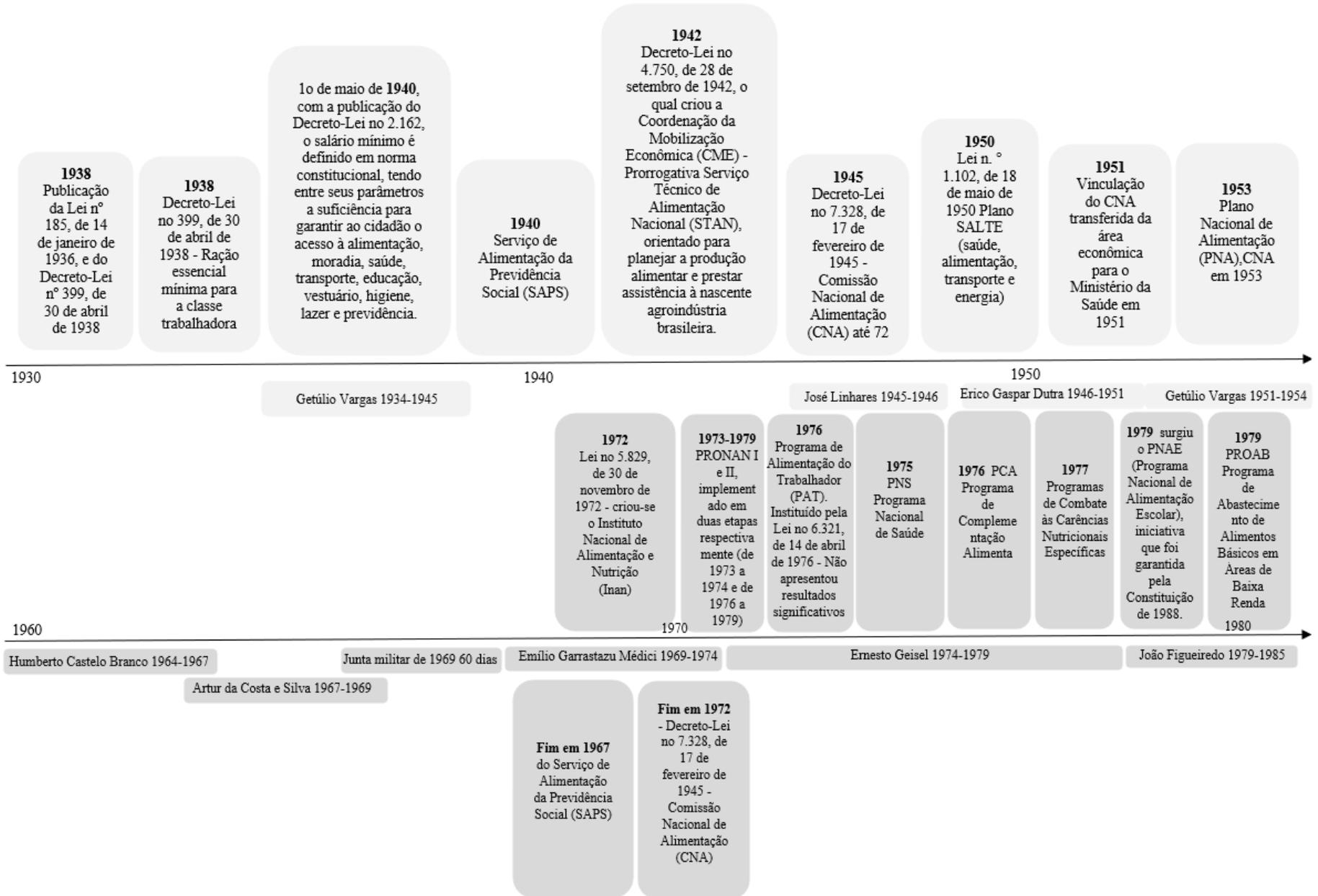
RESULTADOS

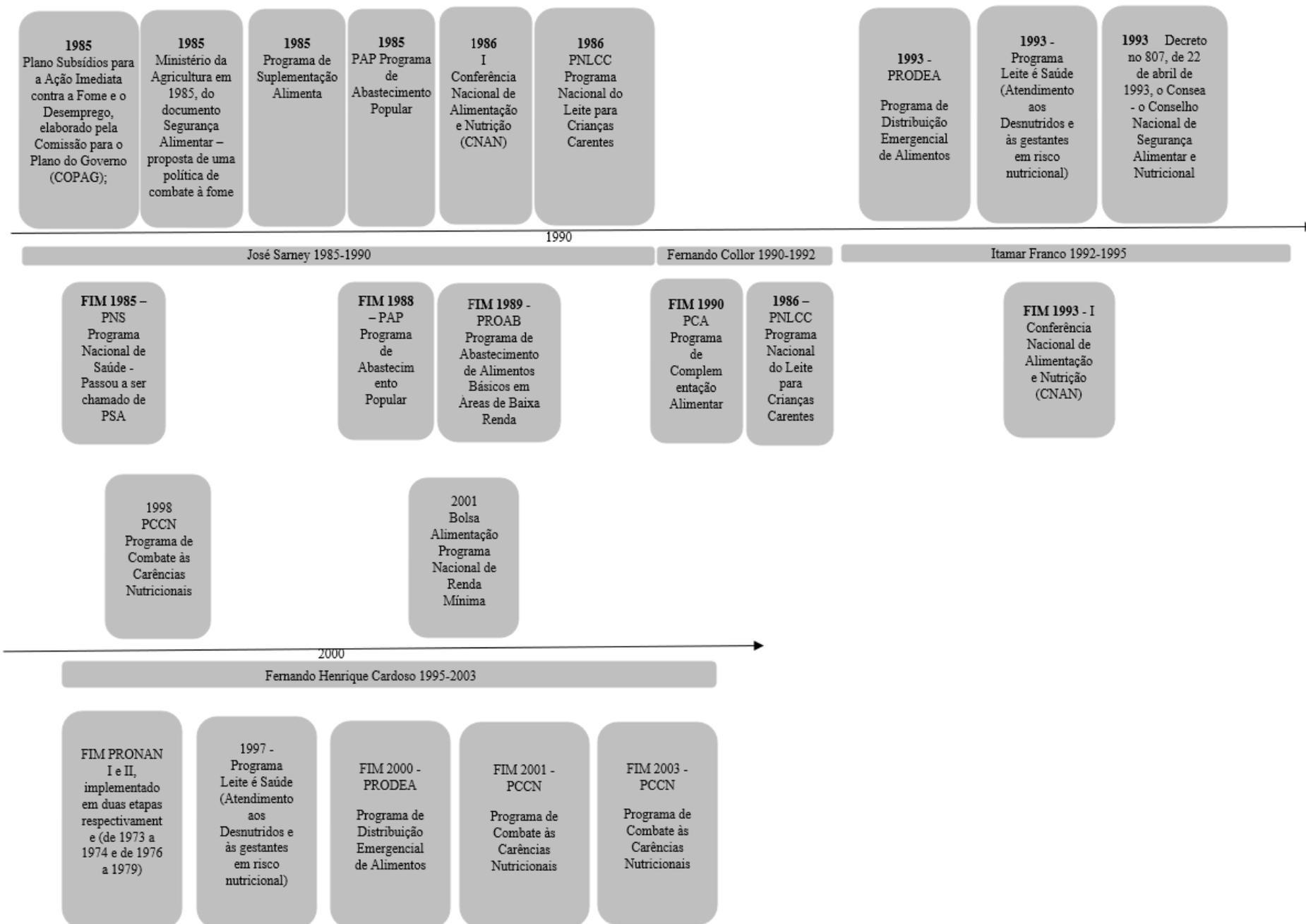
Foram selecionados para a análise 37 artigos e 17 publicações oficiais publicados nos últimos 20 anos, totalizando 54 registros.

Essa revisão da literatura também possibilitou o mapeamento e a organização de duas linhas do tempo que demonstram as principais ações políticas de alimentação e nutrição para o combate à fome, à IAN e demais problemas relacionados à saúde e nutrição (1930 a 2003)^{5,6} (Quadro 4); bem como, uma outra linha do tempo com a síntese da agenda política governamental dos principais Programas de Combate à Fome e a Insegurança Alimentar e Nutricional (2003 a 2023)^{14,15, 16,17} (Quadro 5).

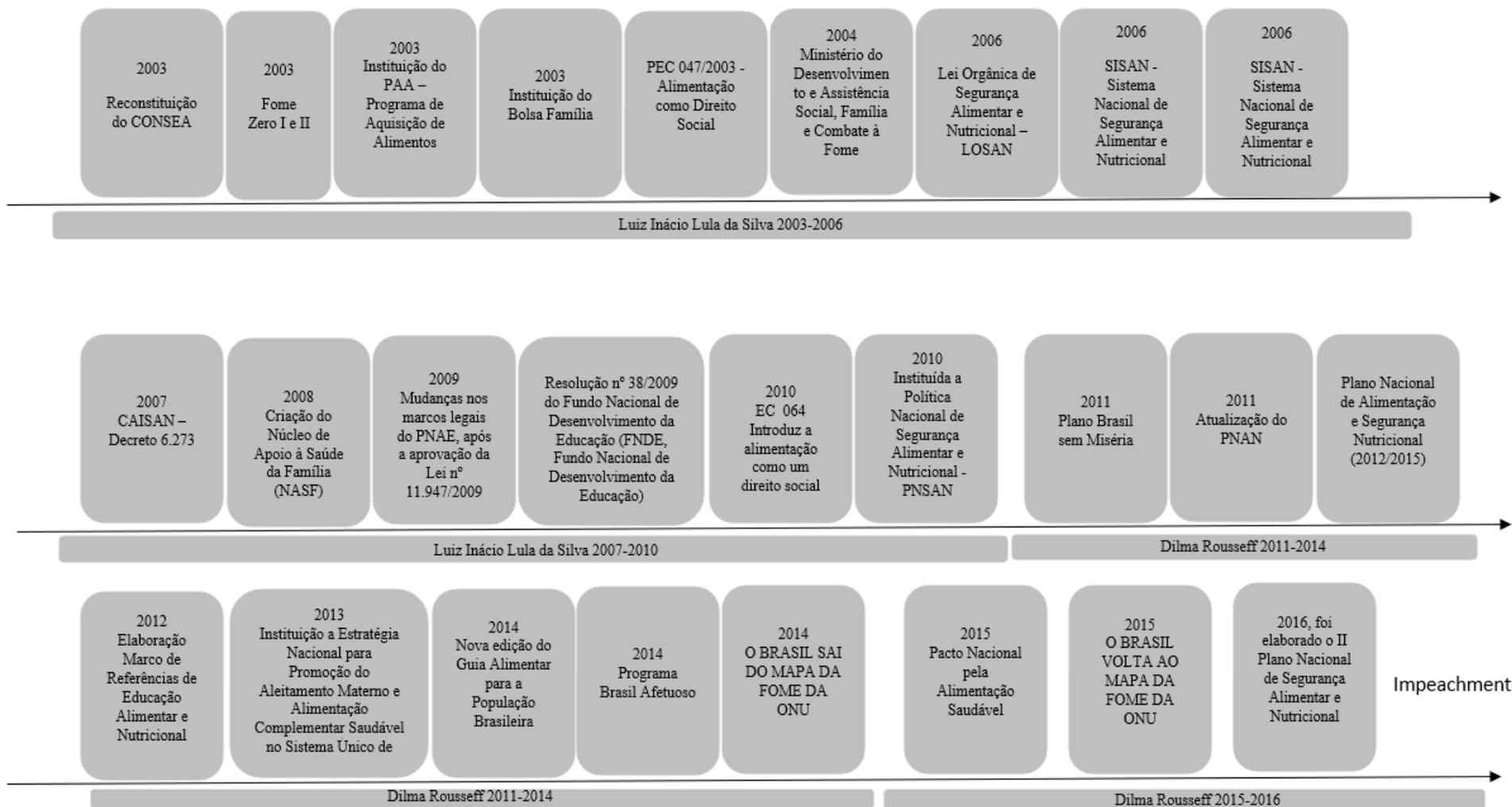
Os principais resultados da análise dos 54 registros incluídos nesta revisão estão apresentados no quadro síntese (Quadro 6): título, autor, ano, objetivos, principais resultados, conclusões e recomendações.

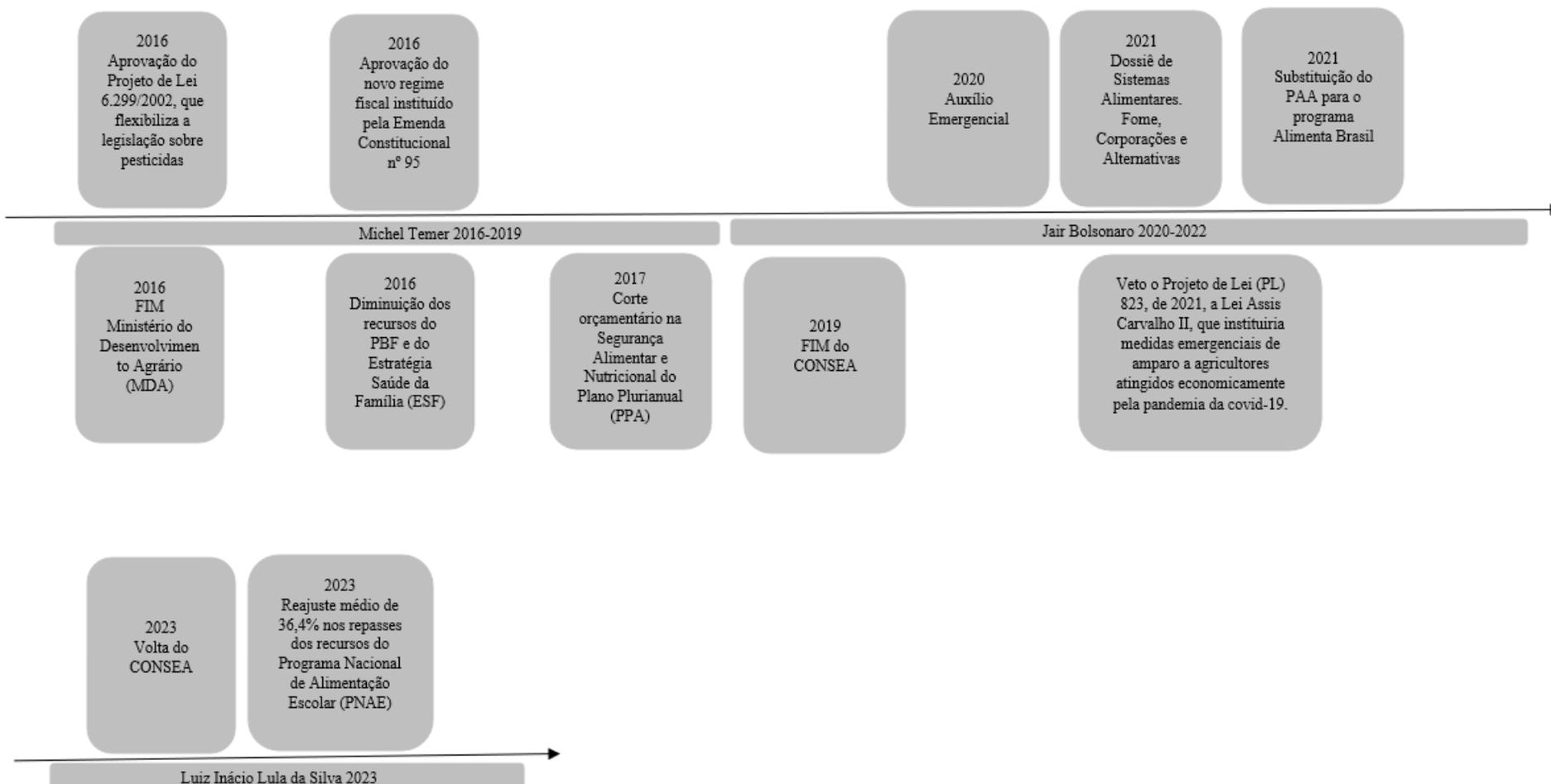
Quadro 4. Linha do Tempo com as Principais Ações Políticas de Alimentação e Nutrição para o combate à fome, à IAN (1930 a 2003)^{5,6}.





Quadro 5. Linha do Tempo com a síntese da Agenda Política Governamental dos Principais Programas de Combate à Fome e a Insegurança Alimentar e Nutricional (2003 a 2023)^{14,15, 16,17}.





Quadro 6. Quadro síntese com as principais informações encontradas nos registros incluídos nesta revisão.

Título	Ano	Autor	Objetivo	Principais Resultados	Conclusões e Recomendações
O Programa Nacional de Alimentação Escolar: o mundo se inspira, seremos capazes de manter os avanços?	2017	Elizabetta Recine	O objetivo deste artigo é destacar os avanços ocorridos no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e ressaltar a importância de um cenário político, institucional e técnico favorável para promover uma abordagem abrangente e integrada das políticas e programas de alimentação e nutrição.	O artigo mostra resultados positivos alcançados, como o aumento da participação de alimentos da agricultura familiar, a melhoria na qualidade da alimentação, o desenvolvimento local e outras melhorias no PNAE	O artigo alerta para os riscos enfrentados pelo PNAE devido a mudanças institucionais e cortes orçamentários ocorridos a partir de 2016, enfatizando a importância de manter e expandir as medidas e ações que tornaram o programa um exemplo a ser seguido.
Antecedentes e elementos da vinculação do programa de alimentação escolar do Brasil com a agricultura familiar	2017	Flavia Schwartzman Claudia Andrea Rodriguez Mora Claudia Maria Bogus Betizabeth Slater Villar	O objetivo deste estudo é analisar a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do Brasil, que estabelece a obrigatoriedade de compra de produtos da agricultura familiar, e apresentar uma representação gráfica dos elementos dessa vinculação.	O estudo entrevistou os atores envolvidos na construção da legislação. As análises destacam que a compra da agricultura familiar pelo PNAE é uma iniciativa abrangente em termos conceituais, de execução e de resultados. É essencial uma ampla articulação entre os setores envolvidos e a implementação de múltiplas estratégias em diferentes esferas de governo.	O estudo conclui que iniciativas de compras institucionais da agricultura familiar, como essa implementada pelo PNAE, são estratégias importantes para a segurança alimentar e nutricional, para o cumprimento do direito humano à alimentação adequada e para a promoção do desenvolvimento sustentável a longo prazo.
É preciso seguir com as compras diretas da agricultura familiar local pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar	2017	Flavia Schwartzman Claudia Andrea Rodriguez Mora Claudia Maria Bogus Betizabeth Slater Villar	O objetivo deste artigo é apresentar reflexões sobre o diálogo entre diferentes setores e a importância da intersectorialidade na área de segurança alimentar e nutricional, destacando o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua vinculação com a agricultura familiar.	O artigo menciona que as políticas direcionadas à agricultura familiar contribuíram para combater a insegurança alimentar e nutricional, aumentar a renda dos agricultores e melhorar a alimentação escolar. Além disso, enfatiza a necessidade de fortalecer a interlocução entre os setores agrícola, educacional e de saúde, e a importância de implementar outras estratégias do PNAE, como a educação alimentar e nutricional e o fortalecimento do controle social	Conclui-se que a vinculação da agricultura familiar com as compras públicas, especialmente no âmbito do PNAE, é um passo importante para fortalecer a segurança alimentar e nutricional e garantir o direito humano à alimentação adequada. Embora haja desafios a serem superados, é fundamental garantir recursos adequados para avançar e evitar retrocessos.

<p>The effect of new purchase criteria on food procurement for the Brazilian school feeding program</p>	<p>2017</p>	<p>Panmela Soares Carmen Davó-Blanes Suellen Secchi Martinelli Leonardo Melgarejo Suzi Barletto Cavalli</p>	<p>O objetivo desse artigo foi explorar o efeito dos critérios de compra do programa de alimentação escolar sobre a quantidade, variedade e origem dos alimentos adquiridos para a merenda escolar em um município do Brasil.</p>	<p>A aquisição de produtos recomendados aumentou e a quantidade de produtos controlados diminuiu ($p = 0,005$). A compra de legumes e verduras ($p < 0,05$) aumentou e os alimentos ricos em açúcar diminuíram ($p = 0,02$). A maioria dos alimentos em 2010 e 2011 foram adquiridos do OP (64% e 61%), embora o FF tenha fornecido a maior proporção de leguminosas e hortaliças. Dez novas variedades de produtos recomendados foram incorporadas, sendo 9 adquiridas da FF.</p>	<p>O critério de compra direta da agricultura familiar resultou no aumento da variedade e quantidade de alimentos saudáveis nas escolas do município.</p>
<p>Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE</p>	<p>2015</p>	<p>Angelita Pinto Libermann Geysler Rogis Flor Bertolini</p>	<p>O objetivo do artigo é avaliar as tendências de pesquisa do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), analisando os periódicos disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, no período de 2008 a 2013.</p>	<p>Através do programa pode-se analisar e discutir os desafios e as potencialidades da alimentação escolar, em reuniões e debates sobre os problemas associados à produção e ao desenvolvimento rural e aqueles relacionados ao consumo e à saúde pública, abrindo um amplo campo de estudos.</p>	<p>As principais tendências de pesquisa na área de políticas públicas que predominam no Brasil através do Programa de Alimentação Escolar, se caracterizam pelo estudo de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional, analisando a composição e a aceitação dos alimentos oferecidos aos estudantes pela análise da produção, melhores condições de vida e desenvolvimento local dos produtores rurais.</p>
<p>Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar</p>	<p>2013</p>	<p>Elisa Braga Saraiva Ana Paula Ferreira da Silva Anete Araújo de Sousa Gabrielle Fernandes Cerqueira Carolina Martins dos Santos Chagas Natacha Toral</p>	<p>O artigo tem por objetivo apresentar um panorama da compra de alimentos provenientes da agricultura familiar, analisando o seu cumprimento frente às novas diretrizes de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).</p>	<p>O texto apresenta os resultados de um estudo sobre a compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar no Brasil. A implementação da legislação ainda é recente, e estudos futuros são necessários para fortalecer sua efetivação e garantir refeições saudáveis aos estudantes.</p>	<p>Em função do caráter recente da legislação, destaca-se a necessidade de organização de gestores e agricultores para a efetivação desta normativa nos diferentes contextos brasileiros e assim contribuir tanto para o desenvolvimento econômico local, como para o fornecimento de refeições aos escolares que atendam aos princípios de uma alimentação saudável e adequada.</p>

<p>Situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</p>	<p>2013</p>	<p>Betzabeth Slater Villar Flavia Schwartzman Bruna Lourenço Januario Jamile Fernandes Ramos</p>	<p>Caracterizar a situação dos municípios do estado de São Paulo com relação à compra de produtos diretamente da agricultura familiar após a aprovação da Lei 11.947.</p>	<p>Em um total de 613 municípios foi possível obter as seguintes informações: 47% (288) já haviam realizado as compras locais pelo menos uma vez, em todas as suas etapas. Dos 325 municípios que não efetivaram o processo em todas as fases, 57% não haviam publicado a chamada pública; 37% publicaram, mas não assinaram o contrato de aquisição; 2% publicaram, assinaram o contrato, mas não haviam recebido os produtos; e 4% publicaram, receberam os produtos mas ainda não haviam pago os agricultores.</p>	<p>Os resultados obtidos revelam que aproximadamente 50% dos municípios avaliados estão em situação positiva com relação às compras locais para o PNAE. Entretanto, o número de municípios que não publicou a chamada ou que não assinou o contrato é ainda importante, merecendo atenção dos setores envolvidos.</p>
<p>The Brazilian school feeding programme: an example of an integrated programme in support of food and nutrition security</p>	<p>2012</p>	<p>Emilie Sidaner Daniel Balaban Luciene Burlandy</p>	<p>O artigo analisa os avanços e desafios do programa de alimentação escolar no Brasil (PNAE), como parte da experiência brasileira de construção de um sistema nacional integrado de segurança alimentar e nutricional.</p>	<p>A abordagem integrada da política brasileira de segurança alimentar e nutricional promoveu a intersectorialidade no sistema alimentar, articulando ações para garantir o acesso à alimentação saudável e fortalecer a agricultura familiar.</p>	<p>A produção local de alimentos, a merenda escolar e a educação nutricional podem ser vinculadas por meio de programas e políticas integradas, melhorando o acesso a alimentos mais saudáveis. Liderança governamental, legislação forte, participação da sociedade civil e tomada de decisão intersectorial são determinantes.</p>
<p>Agricultural land systems importance for supporting food security and sustainable development goals: A systematic review</p>	<p>2022</p>	<p>Cláudia M. Viana Dulce Freire Patrícia Abrantes Jorge Rocha Paulo Pereira</p>	<p>Este trabalho visa revisar sistematicamente as contribuições dos diferentes estudos de pesquisa agrícola, sistematizando os principais campos de pesquisa e apresentar uma síntese da diversidade e abrangência da pesquisa e do conhecimento.</p>	<p>A agricultura fornece a maior parte dos suprimentos de alimentos e garante um número crítico de serviços ecossistêmicos (por exemplo, abastecimento de alimentos). Portanto, a agricultura é vital para a segurança alimentar e apoia o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável(ODS) 2 (ODS 2 - fome zero) como outros ODS.</p>	<p>Existem diferenças essenciais no número de artigos entre os campos de pesquisa, e são necessários esforços futuros naqueles menos representados para apoiar a segurança alimentar e os ODS.</p>
<p>Food and nutrition (in)security in families of farmers who supply the National School Feeding Program</p>	<p>2019</p>	<p>Paula Torres Trivellato Silvia EloizaPrioresS ylvia do Carmo Castro Franceschini Ricardo Henrique Silva Santos Bianca Aparecida Lima Costa</p>	<p>Objetivou-se avaliar a situação de (in)segurança alimentar e nutricional em famílias de agricultores fornecedores do Programa Nacional de Alimentação Escolar.</p>	<p>A insegurança alimentar medida pela escala esteve presente em 25,9% (n=7) das famílias. A insegurança alimentar se associou a fatores socioeconômicos como renda per capita, presença de criança no domicílio e número de moradores. A insegurança alimentar e nutricional pela disponibilidade calórica baixa (<2500kcal/dia) ocorreu em 11,0% (n=3) das famílias. Presença de distrofias como excesso de peso, baixo peso e baixa estatura se deu em 89,0% (n=24) das famílias.</p>	<p>O estudo reforça a existência de variáveis associadas à situação de insegurança alimentar. Os fatores sociais e nutricionais devem ser monitorados, trabalhados e melhorados para alcançar segurança alimentar e nutricional.</p>

<p>Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde</p>	<p>2016</p>	<p>Lucimar Moreira Guimarães Batista Sônia Machado Rocha Ribeiro Ricardo Henrique Silva Santos Raquel Maria Amaral Araújo Andréia Queiroz Ribeiro Sílvia Eloiza Priore Ceres Mattos Della Lúcia Rogério de Paula Lana Gisely Peron Gasparoni</p>	<p>O objetivo do texto é identificar as percepções dos agricultores sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tem como objetivo fortalecer a agricultura familiar. O estudo busca compreender o significado de fazer parte do programa e a compreensão dos agricultores sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde</p>	<p>Os resultados mostram que os agricultores percebem benefícios como acesso a informações, melhora de renda, investimentos familiares, aumento da autoestima e interação entre os agricultores</p>	<p>O artigo ressalta a importância de fortalecer o PAA como instrumento de apoio à agricultura familiar, saúde e segurança alimentar e nutricional de forma contínua, conforme proposto em sua lei de criação.</p>
<p>Promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania de Minas Gerais e Espírito Santo</p>	<p>2013</p>	<p>Olívia Maria de Paula Alves Bezerra Débora Maria Soares de Souza</p>	<p>Contribuir para a promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar em Territórios da Cidadania do País.</p>	<p>Os resultados mais expressivos foram: 14% dos municípios visitados apresentaram melhora na organização da agricultura familiar; 14% dos gestores passaram a apoiar o processo de aquisição de alimentos segundo a Lei nº 11.947/2009, e 27% dos municípios que não possuíam nutricionista contrataram o profissional. Não foram considerados satisfatórios os resultados obtidos para situação do Conselho de Alimentação Escolar.</p>	<p>As ações desenvolvidas foram capazes de contribuir positivamente para o avanço da implementação da Lei Federal nº 11.947/2009 nos Territórios de Cidadania abordados.</p>
<p>O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como estratégia de enfrentamento aos desafios da COVID-19</p>	<p>2020</p>	<p>Regina Helena Rosa Sambuichi Ana Flávia Cordeiro Souza de Almeida Gabriela Perin Paulo Asafe Campos Spínola Antônio Fernando Costa Pella</p>	<p>Este artigo analisou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como ferramenta para mitigar os impactos econômicos e sociais da COVID-19 no Brasil. Para isso, foram realizadas projeções de investimentos e analisadas as condições de operacionalização do programa no momento atual.</p>	<p>Os resultados revelaram que o aumento de recursos investidos no programa em um cenário otimizado pode proporcionar ampla capilarização dos benefícios. Identificou-se que o PAA é estratégico para o enfrentamento aos efeitos negativos da COVID-19 porque escoar os produtos da agricultura familiar, o que promove estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico, além de atuar no combate à fome e à miséria de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Ao longo de sua trajetória, o PAA mostrou ser uma ferramenta capaz de promover estruturação de cadeias produtivas, acesso a novos mercados e indução ao dinamismo econômico, além de vários benefícios na área social, como aumento do acesso à alimentação saudável e melhoria da saúde. O programa tem um importante papel na promoção da saúde da população mais vulnerável, promovendo acesso a alimentos saudáveis e melhorando a qualidade da alimentação de pessoas em situação de risco alimentar.</p>

<p>Abastecimento e Segurança Alimentar. Os Limites da Liberalização</p>	<p>2000</p>	<p>Walter Belik Renato S. Maluf</p>	<p>Este livro tem como preocupação principal, a disponibilidade e o acesso aos alimentos. Enfoca os diversos aspectos envolvidos na problemática do abastecimento alimentar no Brasil e no mundo, tendo a busca por segurança alimentar como referência principal. Considera que o contexto atual demanda um esforço nesse sentido.</p>	<p>Observa que a alimentação é um direito humano que não será assegurado se gerido segundo estritos critérios empresariais e de mercado.</p>	<p>Relata que ao lado do problema da fome ainda persiste o desperdício e que a homogeneização dos hábitos de consumo, a desregulamentação dos mercados e a liberalização do comércio internacional recolocam a questão da segurança alimentar em novas bases.</p>
<p>O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola</p>	<p>2012</p>	<p>Raquel Maria Rigotto Fernando Ferreira Carneiro Alice Maria Correia Pequeno Marinho Mayara Melo Rocha Lara de Queiroz Viana Braga Maiana Maia Teixeira Vanira Matos Pessoa Ana Cláudia de Araújo Teixeira Maria de Lourdes Vicente da Silva</p>	<p>O objetivo desse texto é discutir e refletir sobre quem deve, pode e quer promover a saúde no campo atualmente. O ensaio prioriza o diálogo entre a ciência e as políticas públicas como meios de abordar essa questão.</p>	<p>O ensaio analisou a relação entre agrotóxicos e saúde, destacando a importância de estudar essa relação no contexto da modernização agrícola conservadora, desvendar os danos à saúde, o risco e a vulnerabilidade socioambiental, e exigir do Estado a implementação de políticas sociais que garantam direitos.</p>	<p>É necessário enfrentar estruturalmente o capitalismo para alcançar uma economia verde que possa erradicar a pobreza global.</p>
<p>Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future</p>	<p>2019</p>	<p>Márcia C Castro Adriano Massuda Gisele Almeida Naercio Aquino Menezes-Filho Mônica Viegas Andrade, et al</p>	<p>O objetivo desse texto é analisar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, destacando sua trajetória de desenvolvimento, suas conquistas e desafios.</p>	<p>Ressalta a importância não apenas do desenvolvimento de novos modelos de atenção à saúde, mas também da criação de estruturas políticas, legais, organizacionais e de gestão, bem como do papel dos governos federal e locais na governança, planejamento, financiamento e prestação de serviços de saúde.</p>	<p>Enfatiza que, ao longo de três décadas, a expansão do SUS permitiu ao Brasil responder rapidamente às mudanças nas necessidades de saúde, alcançando uma cobertura quase universal dos serviços de saúde. No entanto, aponta para desafios persistentes, como desigualdades geográficas, financiamento insuficiente e colaboração público-privada aquém do ideal.</p>
<p>Nutrition support in Brazil: past, present, and future perspectives</p>	<p>2004</p>	<p>Waitzberg, Dan L Antonio Carlos Campos,</p>	<p>O objetivo desse texto é apresentar a história da nutrição no Brasil, destacando o papel pioneiro dos médicos brasileiros na introdução da terapia de nutrição parenteral (NP) e a fundação da Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral (SBNPE) em 1975.</p>	<p>O resultado apresentado é a falta de conscientização médica e reembolso inadequado para a nutrição enteral no Brasil. No entanto, um estudo realizado em 4.000 pacientes hospitalizados demonstrou a alta prevalência de desnutrição, o que levou o governo brasileiro a iniciar o reembolso para a nutrição enteral em hospitais que atendem pacientes do sistema público de saúde.</p>	<p>A conclusão do texto é que as ideias e contribuições dos pioneiros da nutrição clínica, como os Professores Rhoads, Dudrick e Wilmore, e seus colaboradores, encontraram espaço para crescer e florescer no Brasil. A fundação da SBNPE, os avanços científicos e o estabelecimento de programas educacionais contribuíram para o</p>

					desenvolvimento da nutrição clínica no país.
Purchases from family agriculture for school feeding in Brazilian capitals	2019	Patricia Camacho Dias Isis Ribeiro de Oliveira Barbosa Roseane Moreira Sampaio Barbosa Daniele Mendonça Ferreira Kamilla Carla Bertu Soares Daniele da Silva Bastos Soares Patrícia Henriques Luciene Burlandy	Analisar como o perfil de compra de alimentos da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar se relaciona com indicadores socioeconômicos e demográficos nas capitais brasileiras	As capitais no maior quartil de índice de desenvolvimento humano e de recursos repassados pelo governo federal utilizaram menos de 30% do recurso para a compra de gêneros da agricultura familiar em 2016. Todas as capitais da região Norte utilizaram acima de 30%, enquanto as regiões Sul e Sudeste não atenderam à legislação. Destaca-se a presença majoritária de alimentos in natura nas chamadas públicas analisadas	A execução dessa política pública ocorre de forma desigual nas capitais brasileiras, com maior dificuldade naquelas supostamente com melhor estrutura institucional e maior volume de recursos destinados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, contudo, o programa mantém seu potencial para a promoção da alimentação adequada e saudável nas escolas, em razão da qualidade dos alimentos incluídos nas chamadas públicas.
Multimistura et Sécurité alimentaire au Brésil	2011	Nádia Bandeira Sacenco Kornijezuk	Este artigo tem como objetivo apresentar a aplicação de um suplemento alimentar utilizado no Brasil no combate à desnutrição: a Multimistura, um suplemento alimentar de baixo custo popularmente utilizado por ONGs e associações comunitárias	Compreende o conceito de Segurança Alimentar, que deve ser entendido para além de sua dimensão relacionada à pobreza, pois tem como premissa atender simultaneamente todas as condições necessárias para a dignidade da vida	Conclui-se que o uso popular da Multimistura apresenta uma contradição: manifestações oficiais de instituições de saúde foram publicadas rejeitando a Multimistura, mas ao mesmo tempo sua utilização persiste devido aos efeitos observados
Harvesting rainwater for food security: farmers' perceptions of the Boardwalk Cisterns Program in Alagoas, Brazil	2021	Tatiana Canuto Silva Cecilia Rocha Juliana R Mota Silvia Maria Voci Cristine G Gabriel Fernando F Curado	O objetivo deste estudo foi avaliar a percepção dos agricultores em relação ao programa Cisternas na Agricultura e seu impacto na situação de segurança alimentar das famílias beneficiárias.	O estudo mostrou uma percepção positiva dos entrevistados em relação às cisternas na agricultura. O programa trouxe algumas melhorias nas condições de produção agrícola e, conseqüentemente, na situação de segurança alimentar das famílias.	Os agricultores estavam corretos em sua percepção de que o programa Cisternas na Agricultura melhorou sua situação de segurança alimentar. O programa resultou em maior acesso à água, maior produção e consumo de alimentos.

Governmental programmes associated with food insecurity among communities of descendants of enslaved blacks in Brazil	2021	Camila Christine de Souza Cherol Aline Alves Ferreira Rosana Salles-Costa	Avaliar o acesso a programas governamentais e sua associação com a insegurança alimentar (IA) em famílias de comunidades quilombolas no Brasil.	O programa brasileiro de transferência condicionada de renda (Bolsa Família) foi associado a famílias quilombolas com níveis moderado/grave de IA (OR: 3.3, IC 95 % 2.8, 4.0, valor P < 0.001).	A prevalência de IA foi alta entre as famílias quilombolas. Apesar da reduzida participação em programas governamentais, os programas de desenvolvimento rural, agricultura e transferência condicionada de renda são fundamentais para a autonomia das comunidades quilombolas.
Is domestic agricultural production sufficient to meet national food nutrient needs in Brazil?	2021	João Pompeu Camille L. Nolasco Paul West Pete Smith Jacqueline Gerage Jean Ometto	O objetivo do artigo foi combinar a oferta e as necessidades dietéticas de alimentos (calorias e nutrientes) para avaliar as tendências na produção de nutrientes e como as projeções populacionais futuras e possíveis mudanças nas dietas afetariam a necessidade de terra para a segurança nutricional.	Resultados mostram que, nas últimas três décadas, o Brasil produziu calorias alimentares suficientes para alimentar em média 115% de sua população. Constatamos que a área agrícola em 2017, sem nenhuma expansão, é suficiente para alimentar, pelo menos, 105% da população projetada em 2060, considerando a mesma produtividade e padrões alimentares.	Concluimos que a agricultura brasileira poderia fornecer alimentos suficientes para atender às necessidades nutricionais dos brasileiros sem mais expansão de terras.
Contribution of the production for self-consumption to food availability and food security in households of the rural area of a Brazilian city	2018	Luiza Veloso Dutra Dayane de Castro Morais Ricardo Henrique Silva Santos Sylvia do Carmo Castro Franceschini Silvia Eloiza Priore	O objetivo desse estudo foi analisar a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar de domicílios rurais em uma cidade brasileira. Foi comparada a participação da produção para autoconsumo com a compra de alimentos para 30 dias em 79 domicílios, abrangendo um total de 272 habitantes	O estudo verificou que todos os domicílios possuíam alimentos básicos, como arroz, macarrão, milho, feijão, leite, ovos e carnes, e mais de 60% deles também tinham alimentos industrializados, como biscoitos e refrigerantes. No entanto, apenas 22,7% das calorias consumidas vieram da produção para consumo próprio, sendo que o maior gasto foi com a compra de carboidratos, principalmente açúcar.	A conclusão do estudo é que, embora todos os domicílios rurais analisados possuíssem alimentos básicos e uma parcela significativa também tivesse alimentos industrializados, a contribuição da produção para autoconsumo na segurança alimentar foi baixa
Commodities for export still threaten rainforests in Brazil	2010	Luiz Antonio Martinelli Paulo Moutinho	O objetivo do texto é refutar a conclusão prematura de que não há mais uma correlação direta entre a produção de alimentos no Brasil e o desmatamento na Amazônia	Os autores destacam que o aumento na demanda por commodities de exportação pode levar a mais desmatamento, e apontam que ainda há desafios a serem enfrentados para alcançar uma agricultura global socialmente justa e ambientalmente sustentável.	Os autores apontam que apesar de a política agrícola brasileira estar caminhando na direção de atender às condições de uma agricultura socialmente justa e ambientalmente sustentável, ainda não se chegou lá. É necessário continuar trabalhando para alcançar uma agricultura global que seja tanto socialmente justa quanto ambientalmente amigável.

National Trends and Disparities in Severe Food Insecurity in Brazil between 2004 and 2018	2022	Rosana Salles-Costa Aline Alves Ferreira Ruben Araujo de Mattos Michael E Reichenheim Rafael Pérez-Escamilla Juliana de Bem-Lignani Ana Maria Segall-Corrêa	O objetivo do artigo foi descrever as tendências da IA grave no Brasil de 2004 a 2018.	O período de 2004 a 2013 foi marcado por uma diminuição significativa da IA grave (-53,6%), mas esta tendência inverteu-se em 2013-2018 (+43,8%). A maior queda da IA grave ocorreu no Nordeste (-57,6%) entre os domicílios cuja pessoa de referência era homem (-57,6%) e autodeclarada branca (-58,1%) (2004-2013). Em 2013-2018, famílias com crianças com idade ≤ 4 anos (+6,3%) e membros com idade ≥ 65 anos (+12,5%) experimentaram os menores aumentos de IA grave.	Após uma redução significativa de 2004 a 2013, a IA grave aumentou acentuadamente de 2013 a 2018, provavelmente devido a interrupções nas políticas públicas voltadas para a redução da fome e do desemprego.
How is Brazil facing the crisis of Food and Nutrition Security during the COVID-19 pandemic?	2021	Carolina Abreu de Carvalho Poliana Cristina de Almeida Fonseca Viola Naiara Esperandio	O objetivo deste comentário é expor a situação da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil no contexto da pandemia da COVID-19, fazendo uma análise crítica desse cenário e sugerindo caminhos para avançar.	O resultado do artigo é que a pandemia da COVID-19 exacerbou a situação de insegurança alimentar e nutricional no Brasil, devido aos impactos econômicos e sociais decorrentes da crise. Embora o governo brasileiro tenha adotado algumas medidas, como o pagamento do auxílio emergencial e a distribuição de alimentos, essas ações são consideradas insuficientes, lentas e não suficientemente coordenadas para lidar com a crise.	A conclusão é que é urgente que o governo brasileiro reforce seu compromisso com a SAN para enfrentar os desafios alimentares decorrentes da pandemia.
Estimating the magnitude of the food loss and waste generated in Brazil	2019	Glenio Piran Dal' Magro Edson Talamini	O objetivo desse artigo é abordar a questão da perda e desperdício de alimentos como um problema significativo na atualidade, que contribui para a contradição entre a produção mundial de alimentos e a persistência da desnutrição.	O artigo ressalta a importância de ações efetivas no combate à insegurança alimentar, destacando que a falta de dados e métodos precisos de quantificação não deve impedir os países produtores e fornecedores de alimentos, como o Brasil, de quantificar suas perdas e desperdícios.	conclui-se que estudos mais específicos são necessários para aprofundar o entendimento e auxiliar na resolução desse problema. O objetivo principal é destacar a importância de abordar e reduzir a perda e o desperdício de alimentos como uma medida fundamental para enfrentar a insegurança alimentar.
Cash transfer in Brazil and nutritional outcomes: a systematic review	2013	Ana Paula Bortoletto Martins Daniela Silva Canella Larissa Galastri Baraldi Carlos Augusto MonteiroI	O objetivo deste artigo é analisar a influência dos programas de transferência condicionada de renda nos resultados da alimentação e nutrição das famílias beneficiárias no Brasil.	A influência dos programas de transferência condicionada de renda sobre o consumo alimentar foi analisada em um estudo de adequação de base populacional e três pesquisas transversais de plausibilidade em diferentes municípios	Os estudos disponíveis sugerem que os programas brasileiros de transferência condicionada de renda estão associados a melhorias na alimentação e nutrição dos beneficiários. No entanto, são necessários mais estudos e avaliações abrangentes para compreender melhor o impacto desses programas no Brasil e garantir sua ampliação e aprimoramento.

Food Insecurity during Pregnancy in a Maternal-Infant Cohort in Brazilian Western Amazon	2020	Alanderson A Ramalho Cibele M Holanda Fernanda A Martins Bárbara TC Rodrigues Débora M Aguiar Andreia M Andrade Rosalina J Koifman	O objetivo deste estudo foi determinar a prevalência e analisar os fatores associados à insegurança alimentar durante a gestação em uma coorte materno-infantil na Amazônia Ocidental brasileira.	O resultado do estudo mostrou que a prevalência de insegurança alimentar durante a gestação na região estudada foi de 34,8%, com diferentes níveis de gravidade. Fatores como a presença de esgoto a céu aberto no peridomicílio, pertencer a classes econômicas mais baixas e ser beneficiário de programa de transferência de renda estiveram diretamente associados à insegurança alimentar.	O artigo ressalta a importância de implementar ações direcionadas à economia doméstica nos programas de transferência de renda e promover a educação alimentar e nutricional durante o período gestacional.
Food Insecurity in Urban and Rural Areas in Central Brazil: Transition from Locally Produced Foods to Processed Items	2016	Livia Penna Firme Rodrigues Raissa Costa Carvalho Agatha Maciel Polyanna Nunes Otanasio Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello Gabriela Bielefeld Nardoto	O artigo tem por objetivo investigar o efeito da dieta e do consumo alimentar na saúde, no meio ambiente e na economia à luz da ecologia nutricional, estudamos as dimensões da nutrição e da segurança alimentar em ambientes urbanos e rurais na região da Chapada dos Veadeiros, Brasil Central.	Dieta e o consumo de alimentos por meio de proporções de isótopos estáveis de carbono e nitrogênio nas unhas desses habitantes, juntamente com dados de ingestão de alimentos como um substituto para seus padrões de dieta. Estimamos a insegurança alimentar domiciliar por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar.	A insegurança nutricional e alimentar foi observada tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, mas foi acentuada nas áreas rurais. O padrão alimentar apresentou altos valores de $\delta(13)C$ nas unhas e baixo $\delta(15)N$.
The Bolsa Família cash transfer program and food and nutrition security in Brazil: a critical review of the literature	2013	Rosângela Minardi Mitre Cotta Juliana Costa Machado	O objetivo do artigo foi revisar criticamente os estudos que avaliam o impacto do Bolsa Família (PBF), programa federal de transferência de renda, para a segurança alimentar e nutricional no Brasil.	Resultados concluíram que o PBF teve impacto positivo na segurança alimentar e nutricional das famílias participantes. Três estudos observaram aumento no consumo de alimentos com maior teor calórico e menor valor nutricional. Essa mudança nos hábitos alimentares é um fator de risco para o desenvolvimento de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas não transmissíveis.	A garantia da segurança alimentar e nutricional requer programas que enfoquem tanto a desnutrição quanto o sobrepeso e a obesidade. Programas de transferência de renda como o PBF podem contribuir de forma mais efetiva para o bem-estar nutricional dos participantes se forem combinados com outros tipos de intervenções, como ações de promoção da alimentação saudável
Government strategies to ensure the human right to adequate and healthy food facing the Covid-19 pandemic in Brazil	2020	Aline do Monte Gurgel Carla Caroline Silva dos Santos Kelly Poliany de Souza Alves Juciany Medeiros de Araujo Vanessa Sá Leal	O objetivo do artigo foi identificar as estratégias governamentais implementadas no Brasil para prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável em contextos de elevada vulnerabilidade social frente à Covid-19.	Tornou-se evidente que as medidas do governo brasileiro são insuficientes para prevenir a Insegurança Alimentar e Nutricional (FNI) devido à pandemia. Considerando as iniciativas que contribuem para a SAN, houve uma prevalência de ações voltadas para o consumo no país, sem interferir na cadeia de produção.	Foi destacada a necessidade de fornecer assistência específica a grupos de maior vulnerabilidade, compatível com as diferenças socioespaciais, garantindo o atendimento pleno de necessidades nutricionais específicas.

Food security, income, and the Bolsa Família program: a cohort study of municipalities in Paraíba State, Brazil, 2005-2011	2014	Caroline Sousa Cabral Amanda Gonçalves Lopes Johnnatas Mikael Lopes Rodrigo Pinheiro de Toledo Vianna	O artigo tem por objetivo avaliar o impacto do Programa Bolsa Família na superação da Insegurança Alimentar.	Houve aumento da segurança alimentar/insegurança alimentar leve e melhoria nos indicadores socioeconômicos. Percebeu-se uma relação significativa entre a elevação da renda e a melhoria dos níveis de Insegurança Alimentar. O programa impacta positivamente no aumento da renda, propiciando melhorias dos níveis de segurança alimentar/ insegurança alimentar leve.	Percebeu-se que outras variáveis socioeconômicas podem estar contribuindo na melhoria deste perfil. Diante disso, no combate à insegurança alimentar e nutricional, são necessárias outras políticas e programas que ajam nos demais determinantes.
Long-term effect of the Brazilian Workers' Food Program on the nutritional status of manufacturing workers: A population-based prospective cohort study	2020	Karina G. Torres Ingrid WL Bezerra Gabriela S. Pereira Raiane M. Costa Anissa M. Souza Antonio G. Oliveira	Comparar a variação em longo prazo dos indicadores antropométricos do estado nutricional e do consumo alimentar entre trabalhadores de indústrias de transformação aderentes e não aderentes ao PAT.	Foram avaliados 273 trabalhadores em 16 indústrias no Rio Grande do Norte, Brasil. O IMC aumentou em ambos os grupos, enquanto a CC aumentou apenas no grupo WFP. Não houve diferenças na mudança da ingestão alimentar entre os grupos.	O IMC e a CC aumentaram ao longo do tempo em trabalhadores industriais de indústrias aderentes e não aderentes ao PAM, mas com maior aumento da CA no grupo PAM. Para atingir os objetivos do PAM, haverá necessidade de avaliação e monitoramento periódico dos indicadores nutricionais desses trabalhadores e implementação de ações de monitoramento e fiscalização do PAM.
Food insecurity as an indicator of inequity: analysis of a population survey	2008	Giseli Panigassi Ana Maria Segall-Corrêa Letícia Marin-León Rafael Pérez-Escamilla Maria de Fátima Archanjo Sampaio Lucia Kurdian Maranhã	O estudo teve como objetivo analisar a associação entre insegurança alimentar e algumas variáveis socioeconômicas e demográficas que medem a desigualdade social: renda, escolaridade, raça, estrutura familiar, características do domicílio e condições de esgotamento sanitário.	Uma amostra de 456 famílias em Campinas, Estado de São Paulo, foi entrevistada por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A insegurança alimentar familiar foi associada a: mais filhos < 18 anos; moradia precária; Superlotação; falta de sistema de esgoto; baixa renda (< 2 salários mínimos); chefe de família sem escolaridade; nenhum diploma universitário na família; e raça (negro)	Medir diretamente a insegurança alimentar é importante para monitorar a desigualdade e pode ser usado tanto com outros indicadores socioeconômicos e demográficos quanto sozinho para identificar a vulnerabilidade social em grupos populacionais.
Sustainability of an innovative school food program: a case study in the northeast of Brazil	2016	Mariana Navarro Tavares de Melo Ronice Maria Pereira Franco de Sá Djalma Agripino de Melo Filho	Este estudo analisou os fatores positivos e negativos relacionados à sustentabilidade das inovações em Tabira para entender os processos relacionados à continuidade das ações inovadoras implementadas.	A gestão 2013-2016 continua cumprindo com o objetivo do programa de atender às necessidades nutricionais dos alunos no período em que estão na escola, porém não continuou com as atividades educativas em alimentação saudável desenvolvidas na gestão anterior, ou seja, houve uma sustentabilidade parcial do programa.	O caso analisado neste estudo mostra que é possível, mesmo com restrição de recursos financeiros e naturais, realizar uma gestão inovadora, participativa e eficiente. É necessário dar visibilidade a essas realidades, pois estimula os atores envolvidos e difunde a experiência para que outras localidades possam também criar suas estratégias de iniciativas exitosas.

Impactos do Programa Brasil Carinhoso na Educação Saúde e Renda	2021	Nayara Magda Gomes Barbosa da Costa Francisco Herbert Lima Vasconcelos Tiago da Costa Silva Barbosa Natã da Costa Silva	O Brasil Carinhoso é um programa intersetorial de transferência de renda que visa ao fortalecimento integral da educação infantil no combate à desigualdade social. Devido ao seu caráter integral, inclui-se no programa ações nas áreas de educação, saúde e renda	No geral, observou-se que as ações do Brasil Carinhoso têm impactado positivamente as famílias beneficiárias, garantindo a redução da situação de extrema pobreza e melhorando o desenvolvimento infantil nos aspectos educacionais e de Saúde.	Baseado no exposto, considera-se que o PBC é uma das principais ações do BSM no combate à perpetuação da pobreza e extrema pobreza e tem corroborado para a melhoria das condições básicas de vida da população abrangida
Ação Brasil Carinhoso	2012	Secretaria de Educação Básica	O objetivo dessa publicação oficial foi apresentar a ação intersetorial com foco compartilhado nas crianças de 0 a 5 anos de idade como parte da Ação Brasil Carinhoso	O Programa Brasil Carinhoso consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil.	Plano Brasil sem Miséria: a Ação Brasil Carinhoso, concebida numa perspectiva de atenção integral que envolve aspectos do desenvolvimento infantil ligados a renda, educação e saúde. Por seu caráter intersetorial, o Brasil Carinhoso envolveu, além do MDS, também o Ministério da Saúde e o MEC, com papel de destaque aos municípios e aos estados na sua implementação.
O Brasil sem miséria	2014	Tereza Campello Janine Mello	A adoção de uma estratégia multidimensional coordenada, com objetivos e metas claros e mensuráveis, é uma das iniciativas mais importantes dos países que buscam reduzir seus níveis de pobreza. Esse tipo de estratégia, que alinha políticas de diferentes áreas e aproveita as sinergias entre elas, materializou-se no Brasil a partir de 2011, com o lançamento do Plano Brasil sem Miséria.	O Plano Brasil sem Miséria aborda a pobreza de forma multidimensional, reconhecendo que vai além da falta de renda. Ele busca superar a pobreza extrema por meio de uma abordagem intersetorial do Estado. O plano possui três eixos de atuação: proporcionar um rendimento mínimo estável ao público-alvo, promover inclusão produtiva para gerar oportunidades de qualificação e renda, e melhorar o acesso a serviços públicos essenciais, como educação, saúde e assistência social, nas áreas mais afetadas pela pobreza extrema. As políticas implementadas nesses eixos são integradas para maximizar seus resultados	Nas atividades de coordenação do Plano Brasil sem Miséria, a Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza adota um modelo de monitoramento intensivo de ações, por meio de “salas de situação” e sistemas informatizados de suporte, em articulação constante não só com as diferentes áreas da administração federal, mas também com estados, municípios e sociedade civil

Agenda Política/Decretos/ Publicações Oficiais voltadas ao combate à Fome e à IAN

Decreto oficial da União No 10.531, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	2020	Bolsonaro, Jair Messias;	A Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 apresenta três possíveis cenários para a evolução da economia brasileira. O primeiro cenário é o de referência, que busca estabilidade econômica através de reformas que garantam o equilíbrio fiscal a longo prazo. O segundo cenário é o transformador, que contempla um conjunto mais abrangente de reformas, visando aumentar a produtividade geral e a taxa de investimento, especialmente em infraestrutura. Por fim, o terceiro cenário é o de desequilíbrio fiscal, que prevê as consequências de uma falta de reformas. Apesar dessas diretrizes, o governo considera a articulação entre o agronegócio e a saúde como algo benéfico.
Decreto No 10.530, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	2020	Bolsonaro, Jair Messias;	A tentativa de privatizar a gestão das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil, como parte de um conjunto de ações governamentais para desfinanciar o Sistema Único de Saúde (SUS) e transferir recursos para o setor privado, foi revogada. Essas medidas foram criticadas por refletirem uma visão conservadora e neoliberal, que privilegia interesses comerciais em detrimento do acesso universal e da qualidade dos serviços de saúde.

Fome Zero I	2010	Adriana Veiga Aranha	O Programa Fome Zero foi uma iniciativa do governo brasileiro para combater a fome e a pobreza. Dividido em duas fases, Fome Zero I e Fome Zero II, o programa envolveu ações multidimensionais, como transferência de renda, acesso à educação, saúde e inclusão produtiva. Destaques do programa incluem a criação do Programa Bolsa Família e a implantação de restaurantes populares. O Fome Zero foi reconhecido internacionalmente e contribuiu para a redução da extrema pobreza e o aumento do acesso à alimentação adequada. Suas diretrizes continuam influenciando as políticas públicas no Brasil.
Fome Zero II	2010	Adriana Veiga Aranha	
Programa de Governo 2002	2002	Luis Inacio Lula da Silva	No plano de governo do primeiro mandato do atual presidente Luiz Inacio Lula da Silva, de 2002 para o mandato de 2003 à até então 2006, foi proposto o Programa de Combate a fome que se integrava à concepção de um novo tipo de desenvolvimento econômico, o programa contava com diversas ações para o combate a fome.
O Caminho da prosperidade, proposta de plano de governo	2018	Jair Messias Bolsonaro	No primeiro ano do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, CONSEA, foi extinguido, além das várias demissões dos servidores da área de Segurança Alimentar e Nutricional, o veto de 34% dos reajustes que estavam previstos. Houve um aumento da inflação dos alimentos e o desligamento de parte dos estoques público de arroz. Além das inconstâncias dos repasses financeiros para o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa de Cisternas.
Programa de Governo Dilma Rousseff	2014	Dilma Rousseff	Foi dada continuidade aos projetos de Lula. Em 2012 foi lançado o programa Brasil Carinhoso, foco em famílias em situação de extrema pobreza com crianças de até seis anos, beneficiárias do Programa Bolsa Família. Durante o primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, foram implementadas várias estratégias importantes no campo da política social de alimentação e nutrição. Destacam-se a divulgação do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a atualização do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, a publicação do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, a implementação da Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar Saudável no Sistema Único de Saúde, e o lançamento da nova edição do Guia Alimentar para a População Brasileira. No segundo mandato de Dilma Rousseff, o país enfrentou uma recessão severa e aumento nas taxas de desemprego devido à crise econômica global, agravada pela crise política que resultou no seu impeachment em agosto de 2016.
A travessia social	2016	Michel Temer	No governo Temer, foram tomadas medidas que impactaram as áreas agrária e rural, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a possível flexibilização da legislação sobre agrotóxicos. Houve também redução de recursos no Programa Bolsa Família e na Estratégia Saúde da Família, juntamente com a continuidade da austeridade, resultando em diminuição da cobertura desses programas. Além disso, houve corte orçamentário significativo no Plano Plurianual de Segurança Alimentar e Nutricional, enquanto os gastos com pagamento da dívida externa aumentaram. Esses acontecimentos confirmam preocupações sobre retrocessos na segurança alimentar, fome e pobreza no país.
Balanco de dois anos do Governo do Presidente Jair Bolsonaro	2020	Governo Federal	Na publicação sobre o balanço de dois anos do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi citado “comida” apenas no abono natalino do 13º do Bolsa Família, palavras como “insegurança alimentar”, “fome”, “segurança alimentar não foram citados.
Promoção do Consumo de Alimentos Adequados e Saudáveis	2016	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	Envolve ações em diversas áreas, como produção, comercialização, acesso aos alimentos e educação alimentar. Essas ações beneficiam agricultores familiares, comunidades urbanas e periurbanas, escolas, povos indígenas e comunidades tradicionais, entre outros.
Programa de Aquisição de Alimentos - PAA	2015	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	A publicação sobre o Programa de Aquisição de Alimentos está disponível no Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, ressaltando que o programa foi criado para promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O PAA está presente em outros artigos deste trabalho, porém é importante ressaltar que as informações são públicas.

Pacto Nacional para Alimentação Saudável	2015	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	O Pacto Nacional para Alimentação Saudável foi instituído para incentivar estados, Distrito Federal e municípios a se comprometerem com a produção e o acesso a alimentos saudáveis e sustentáveis. O objetivo é promover o consumo de alimentos in natura e minimamente processados, fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).
Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais	2017	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	O Programa Fomento Rural tem como objetivo apoiar famílias rurais em situação de pobreza por meio do acompanhamento social e produtivo, além da transferência direta de recursos financeiros para investimento em projetos produtivos.
Guia alimentar para a população Brasileira	2014	Ministério da saúde secretaria de atenção à saúde departamento de atenção Básica	Instrumento para combater a obesidade e o avanço das doenças crônicas no Brasil, já que mais da metade da população está acima do peso.
Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil	2022	VIGISAN. II	A insegurança alimentar se intensificou entre as famílias brasileiras. O número de domicílios com pessoas passando fome aumentou de 9% para 15,5%, o que representa 14 milhões de novos brasileiros em situação de fome em pouco mais de um ano.

Para fins analíticos e interpretativos, os resultados foram divididos em nove categorias de análise: Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional (28%), Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (17%), Publicações Oficiais (13%), Economia política da Saúde (9%), Outros Programas de Combate à IAN (9%), Agricultura (7%), Planos de Governo (7%), Programa de Aquisição de Alimentos - PAA (6%) Decretos Governamentais (4%).

Situação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional

O combate à insegurança alimentar e nutricional é crucial, pois afeta uma parcela significativa da população e está associada à fatores socioeconômicos e nutricionais. Diante disso, é necessário monitorar a situação de IAN na população brasileira e compreender esses aspectos associados, promovendo políticas públicas que abordem desigualdades e garantam acesso regular à alimentação. Apesar dos progressos na alimentação e nutrição da população brasileira, ainda há desafios como a falta de educação alimentar e nutricional e a necessidade de políticas públicas efetivas contra a pobreza extrema.

A insegurança alimentar e nutricional entre quilombolas, por exemplo, evidencia disparidades regionais e destaca a importância de políticas públicas direcionadas à essas comunidades. O acesso a programas governamentais e serviços de saúde é protetor contra a insegurança alimentar e nutricional, exigindo investimentos nessas áreas. Outro ponto importante é a produção de alimentos para autoconsumo, que pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional, desde que equilibrada com outras fontes alimentares.

O acesso adequado à alimentação é um direito humano básico e promover a segurança alimentar e nutricional é fundamental para alcançar a dignidade e o bem-estar de toda a sociedade.

Na agenda política, preocupa a perda de avanços na redução da insegurança alimentar e nutricional no Brasil e a redução de investimentos em políticas públicas tanto na alimentação e nutrição como na saúde. A extinção do CONSEA e a diminuição dos gastos em segurança alimentar e nutricional são preocupantes e podem dificultar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, é essencial avaliar continuamente as políticas públicas e adotar medidas responsáveis para enfrentar a insegurança alimentar e nutricional.

Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) garante no Brasil refeições adequadas e saudáveis para estudantes de toda a rede escolar, fortalecendo a agricultura familiar. Houve avanços significativos, com aumento na compra de alimentos dessa fonte pelos municípios. Medidas locais e federais, como o diálogo com agricultores e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar, impulsionaram esses resultados.

O PNAE também investe em educação alimentar e nutricional, distribuindo materiais didáticos e incluindo esses temas no currículo escolar, por meio de práticas didático-pedagógicas dentro e fora da sala de aula. Concursos de receitas locais e práticas sustentáveis também foram implementados através deste programa. No entanto, o programa enfrenta desafios, como mudanças institucionais e cortes orçamentários desde 2016, prejudicando ações de apoio à agricultura familiar. Com o novo governo verifica-se a retomada desta agenda para alimentação e nutrição no ambiente escola, com a retomada do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) e os investimentos financeiros necessários para os avanços na alimentação escolar.

A garantia de recursos financeiros adequados é essencial para manter e expandir as compras da agricultura familiar. É importante fortalecer a produção agrícola local sustentável, priorizar grupos vulneráveis, alinhar processos administrativos aos objetivos de compra da agricultura familiar e ampliar as ações de educação alimentar e nutricional.

Publicações Oficiais no âmbito governamental

A publicação sobre o balanço de dois anos do ex-presidente Jair Bolsonaro não aborda questões relacionadas à insegurança alimentar e nutricional, fome ou segurança alimentar e nutricional. No entanto, foram identificadas iniciativas de outros governos no Brasil que buscaram promover a alimentação adequada e saudável e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Essas iniciativas incluem o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos, o Pacto Nacional para Alimentação Saudável, o Programa Fomento Rural e o Guia Alimentar para a População Brasileira.

No contexto da pandemia da COVID-19, a insegurança alimentar e nutricional, e a fome têm se agravado no país, afetando muitas famílias brasileiras. Essa situação é resultado de fatores como a falta de políticas públicas adequadas, a crise econômica, as desigualdades sociais e os impactos contínuos da pandemia.

Diante desse cenário, é fundamental que sejam implementadas políticas e ações efetivas para combater a insegurança alimentar e nutricional, promover a segurança alimentar e nutricional, e garantir que a população tenha acesso e disponibilidade a alimentos adequados e saudáveis.

Economia Política da Saúde

Durante a análise, 9% dos artigos examinaram a relação entre economia política da saúde e insegurança alimentar e nutricional, abordando o modelo agrícola dominante, programas de transferência de renda e os impactos da pandemia da COVID-19 no Brasil. O modelo agrícola baseado na Revolução Verde foi discutido, destacando seus impactos ambientais, fundiários, culturais e de saúde. Questionamentos foram levantados sobre a capacidade da Economia Verde em conciliar desenvolvimento econômico, igualdade social e bem-estar humano, especialmente em países dependentes da produção de *commodities* com alto impacto ambiental, como o Brasil.

Os programas de transferência condicionada de renda, como o Bolsa Família, foram analisados em relação à insegurança alimentar e nutricional, com evidências positivas em relação ao estado nutricional, mas surgiram também preocupações quanto ao aumento do consumo de alimentos não saudáveis. A pandemia da COVID-19 exacerbou os desafios para segurança alimentar e nutricional, afetando especialmente as populações vulneráveis e agravando as desigualdades sociais.

A crise sanitária no Brasil ocorreu em um contexto de piora nos indicadores sociais e desmantelamento das políticas públicas, aumentando a vulnerabilidade da população. Políticas públicas específicas foram necessárias para garantir o acesso a alimentos de qualidade, proteger os produtores e fortalecer os sistemas de proteção social diante dos impactos da pandemia.

Outros Programas de Combate à Insegurança Alimentar e Nutricional

O Plano Brasil sem Miséria implementou a Ação Brasil Carinhoso como parte de seus esforços para combater a pobreza extrema. Essa ação abrange aspectos relacionados à renda, educação e saúde, com foco no desenvolvimento infantil. Ministérios como o do Desenvolvimento Social, o da Saúde e o da Educação estão envolvidos na implementação da ação, com participação ativa de municípios e estados.

O Brasil Carinhoso, dentro do Plano Brasil sem Miséria, é uma medida importante para combater a persistência da pobreza e extrema pobreza, buscando melhorar as condições de vida da população afetada. O programa adota um modelo de monitoramento intensivo, utilizando salas de situação e sistemas informatizados, em colaboração com diferentes esferas de governo e sociedade civil.

O Programa Fome Zero foi uma iniciativa do governo brasileiro para combater a fome e a pobreza, dividido em duas fases. Ele envolveu ações multidimensionais, como transferência de renda, acesso à educação, saúde e inclusão produtiva. Destaques incluem, a criação do Programa Bolsa Família e os restaurantes populares. O Fome Zero foi reconhecido internacionalmente e contribuiu para a redução da extrema pobreza e aumento do acesso à alimentação adequada, influenciando as políticas públicas no país.

Agricultura

A agricultura foi abordada em 7% dos artigos analisados, destacando a importância da segurança alimentar e nutricional. Programas sociais, como o Programa Cisternas, melhoraram a segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares. Neste sentido, é necessário investir em programas sociais e na melhoria das condições de mercado, visando o abastecimento interno de alimentos, para garantir a segurança alimentar e nutricional a longo prazo.

A relação entre produção agrícola e desmatamento foi discutida, ressaltando a possibilidade de atender às necessidades nutricionais sem desmatar mais terras. Dentre os desafios apontados incluem a persistente insegurança alimentar e nutricional, a distribuição ineficiente de alimentos e as mudanças climáticas.

Para alcançar a segurança alimentar e nutricional de forma sustentável, é necessário planejamento multissetorial, intensificação sustentável da produção de alimentos, adoção de dietas saudáveis e sustentáveis, e a proteção da biodiversidade.

Superar os desafios existentes e garantir ações justas são essenciais. O Brasil pode alcançar a segurança alimentar e nutricional sem expandir o uso de terra através de políticas públicas agrícolas, ambientais e climáticas, com o fortalecimento de programas sociais e práticas sustentáveis, que respeitem os movimentos sociais por reforma agrária e todos os povos originários presentes no cenário brasileiro (quilombolas, indígenas; e também os povos ribeirinhos das florestas e das águas).

Planos de Governo

Durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi implementado o Programa Fome Zero, que buscava combater a fome e a insegurança alimentar no país. Medidas como o apoio à agricultura familiar, a complementação de renda para crianças de famílias pobres e a ampliação da merenda escolar foram adotadas. Além de diversas políticas públicas, como a Política Nacional de SAN (2006). No segundo mandato, o programa Bolsa Família foi mantido, aumentando a renda dos brasileiros. Foi instituído o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

No governo de Dilma Rousseff, foram mantidos os projetos iniciados por Lula, com destaque para o programa Brasil Carinhoso, voltado para famílias em situação de extrema pobreza com crianças. Foram implementadas estratégias no âmbito da alimentação e nutrição, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional., bem como a atualização da Política Nacional de Alimentação (PNAN) e do Guia Alimentar para a População Brasileira. No entanto, o segundo mandato enfrentou uma crise econômica e política que acarretou no golpe institucional de 2016.

No governo de Michel Temer, medidas como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a redução de recursos do Programa Bolsa Família e da Estratégia Saúde da Família comprometeram a segurança alimentar e nutricional nos territórios. Houve cortes orçamentários no Plano Plurianual de Segurança Alimentar e Nutricional.

O governo de Jair Bolsonaro resultou na extinção do CONSEA e demissões na área de segurança alimentar e nutricional. Houve os desmontes das políticas públicas nesta área e também a descontinuidade do SISAN que estava sendo implementado nos estados e municípios. Além do aumento da inflação dos alimentos e inconstâncias nos repasses financeiros para programas como o de Aquisição de Alimentos e o de Cisternas. Essas ações impactou negativamente a segurança alimentar e nutricional no país, produzindo o cenário catastrófico de fome, intensificado também pelo desgoverno experienciado na pandemia da COVID-19.

Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) desempenha um papel importante no Brasil, beneficiando a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional. Os resultados mostram que o PAA tem sido eficaz ao melhorar a renda dos agricultores familiares, permitindo investimentos e impactando positivamente a economia local. A diversificação na produção de alimentos promovida pelo programa contribui para a segurança alimentar e nutricional, atendendo às necessidades de consumo e comercialização.

Além disso, o PAA desempenha um papel relevante no desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais, estimulando projetos e pesquisas. É necessário realizar estudos envolvendo os agricultores familiares para compreender suas necessidades e direitos, buscando aprimorar o programa de forma contínua.

É essencial fortalecer o controle social do PAA, envolvendo a sociedade civil e órgãos governamentais no monitoramento e implementação do programa. Recomenda-se ampliar as ações do programa, destinando mais recursos e flexibilizando a burocracia, especialmente durante a pandemia da COVID-19.

Após a pandemia, é fundamental que o PAA continue sendo prioridade, com recursos adicionais para minimizar os impactos pós-crise. Isso garantirá a continuidade dos efeitos positivos do programa, apoiando o desenvolvimento econômico e a segurança alimentar e nutricional da população brasileira.

Decretos governamentais

O Decreto Nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, propôs a privatização da gestão das Unidades Básicas de Saúde (UBS) no Brasil, como parte de uma série de ações

governamentais para desfinanciar o Sistema Único de Saúde (SUS) e transferir recursos para o setor privado. No entanto, devido às críticas da população, o decreto foi revogado. O Decreto nº 10.531/2020, emitido no mesmo dia, está alinhado com a privatização na área da saúde e destaca a parceria com o setor privado como estratégia de desenvolvimento.

Essas medidas refletem uma visão conservadora e neoliberal, priorizando interesses comerciais em detrimento ao acesso universal e a qualidade dos serviços de saúde. A insegurança alimentar e nutricional foi mencionada apenas uma vez no decreto, revelando uma falta de prioridade nessa questão. Essa abordagem comprometeu o acesso à saúde e à programas de combate à insegurança alimentar e nutricional.

DISCUSSÃO

A insegurança alimentar e nutricional é uma realidade preocupante no Brasil. Embora o país seja reconhecido globalmente por seu papel relevante em várias áreas, como economia, política, ciência, cultura e esportes, muitos brasileiros enfrentam privações e passam fome. Essa situação não se deve à escassez de alimentos no país, mas sim à distribuição desigual desses recursos. A situação socioeconômica do país se fragilizou ainda mais com a crise econômica, a polarização política e a pandemia da COVID-19. Milhões de brasileiros enfrentam insegurança alimentar e nutricional, e a avaliação desse problema é feita por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. A pobreza e a falta de acesso a alimentos diminuem com ações que impactam diretamente no acesso à renda e na distribuição dos alimentos em todo o território das cidades e no meio rural^{8,9}.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN) divulgou inquéritos que revelaram um aumento significativo da insegurança alimentar e nutricional no Brasil durante a pandemia (VIGISAN I e VIGISAN II). O número de brasileiros que passam fome saltou de 19 milhões para 33,1 milhões em apenas um ano. Cerca de 58,7% da população brasileira, quase seis em cada dez pessoas, convive com algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Isso representa um retrocesso para níveis comparáveis à década de 1990. Apenas quatro em cada dez domicílios têm acesso pleno à alimentação, enquanto os outros seis estão preocupados com a possibilidade de não ter alimentos suficientes. Em termos absolutos, 125,2 milhões de brasileiros enfrentaram algum

grau de insegurança alimentar e nutricional, um aumento de 7,2% desde 2020 e de 60% em comparação com 2018. Além disso, a fome atingiu 21,8% dos agricultores familiares.

Nesse contexto, as classes dominantes utilizam estratégias oportunistas para manter sua posição de poder, tanto através das ações do Estado quanto dos aparelhos privados de hegemonia. O enfrentamento da desigualdade, fome e miséria é abordado de maneira emergencial e pontual, em detrimento de políticas sociais estruturais, resultando em ações fragmentadas e populistas¹⁰.

Ao analisarmos os mesmos anos de pandemia, o valor da produção agrícola em 2020 atingiu R\$ 470,5 bilhões, 30,4% maior que em 2019, e em 2021, R\$ 743. As *commodities* mais importantes na produção agrícola no Brasil são soja (grão), milho (grão), cana de açúcar, café (grão), produtos que não podem ir direto para o prato dos brasileiros¹¹. Em 2021, o total exportado com o agronegócio resultou em US\$ 120,59 bilhões, alta de 19,7%, em relação ao ano anterior, segundo a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A exportação de *commodities* agrícolas e o aumento das receitas geradas por meio do agronegócio mostram o potencial econômico do setor¹².

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é reconhecido mundialmente e tem sido fonte de inspiração para outros países¹³. No entanto, surge a dúvida se seremos capazes de manter os avanços alcançados, como sempre amplamente discutidos em diversos setores, há uma série de discontinuidades e desgovernos durante os dois últimos governos. As tendências de pesquisa em políticas públicas relacionadas ao PNAE também foram avaliadas, assim como o panorama da compra de alimentos da agricultura familiar. O PAA é um exemplo de programa integrado que apoia a segurança alimentar e nutricional, ressaltando a importância dos sistemas de terra agrícola para alcançar metas de desenvolvimento sustentável. Em total disparidade, alguns artigos destacam os desafios relacionados à (in) segurança alimentar e nutricional das próprias famílias de agricultores que fornecem alimentos para o programa. Além do PNAE e do PAA, outros programas e políticas relacionados à segurança alimentar e nutricional são discutidos, como o Plano Brasil Sem Miséria e o Programa Bolsa Família.

Traçar a linha do tempo em relação aos programas de combate à insegurança alimentar e nutricional no Brasil ao longo dos últimos 20 anos é um desafio devido às

frequentes mudanças de governos e às variações nas políticas adotadas (Quadro 5), e as limitações do acesso a informação, que deixam lacunas na análise dos dados. As informações sobre as implementações ou fim dos programas de combate a IAN não são encontradas de forma fácil e prática para o público em geral, o conteúdo achado estava em linguagem técnica que para as pessoas leigas pode ser difícil de entender os fatos. Poucas informações sobre os programas para o combate da insegurança alimentar e nutricional da população indígena foram achadas.

CONCLUSÃO

A insegurança alimentar e nutricional é uma realidade preocupante que afeta uma parcela significativa da população brasileira. Milhões de pessoas não têm acesso regular a alimentos suficientes, adequados e saudáveis para atender suas necessidades básicas. Essa situação representa um desafio urgente e complexo que demanda atenção e ação por parte da sociedade e do governo.

No Brasil, um país reconhecido mundialmente por sua riqueza e diversidade agrícola, é paradoxal que tantas pessoas enfrentem dificuldades para se alimentar de forma adequada. A insegurança alimentar e nutricional não se resume apenas à falta de alimentos, mas também está ligada a questões socioeconômicas, desigualdades regionais e políticas públicas inadequadas.

Além disso, é importante fortalecer os programas existentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo recursos adequados e promovendo a participação ativa da sociedade civil e dos agricultores familiares.

É fundamental reconhecer a segurança alimentar e nutricional, como um direito humano básico e adotar uma abordagem multidimensional que leve em consideração não apenas a produção de alimentos, mas também a distribuição equitativa, o acesso adequado, a educação alimentar e nutricional, a sustentabilidade ambiental e a participação da sociedade. Somente com um esforço conjunto e ação coordenada será possível superar a insegurança alimentar e nutricional e construir um país mais justo, saudável e próspero para todos.

A despolarização e a disputa entre os governos têm um impacto significativo na população, especialmente quando se trata de questões relacionadas à insegurança alimentar

e nutricional. A falta de formação política somada a polarização ideológica podem levar a atrasos na implementação de políticas públicas efetivas e na adoção de medidas concretas para combater esse problema. Políticas de transferências de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial durante a COVID-19, tiveram como objetivo principal fornecer suporte financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ajudando-as a enfrentar os impactos econômicos. O aumento da renda proporcionado por esses programas teve um reflexo direto no consumo de alimentos. Muitas famílias brasileiras, que antes enfrentavam dificuldades em acessar uma alimentação adequada, puderam agora destinar uma parte maior de sua renda para a compra de alimentos.

São necessárias mais pesquisas que estabeleçam uma relação clara entre a insegurança alimentar e nutricional e a produção agrícola no Brasil, com uma análise abrangente e uma interpretação dos dados de forma acessível ao público. Além disso, é crucial direcionar os recursos da produção agrícola para atender às necessidades da população brasileira. Essa realocação de recursos deve ser prioritária para garantir o acesso a alimentos adequados e combater à fome e a insegurança alimentar e nutricional no país.

REFERÊNCIAS

1. OLHE PARA A FOME. A fome e a insegurança avançam em todo o Brasil. São Paulo, SP: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em <<https://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em 17 de abr de 2023.
2. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Levantamento Sistemático da Produção Agrícola Estatística da Produção Agrícola: dezembro 2022. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72415>>. Acesso em: 17 de abr de 2023.
3. FAO, IFAD and WFP. 2014. The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO. Disponível < <https://www.fao.org/documents/card/en/c/56efd1a2-0f6e-4185-8005-62170e9b27bb>>. Acesso em 15 de abr de 2023.
4. FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2022. The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>. Disponível em <https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en>. Acesso em 15 de abr de 2023.
5. PINTO, H. S. A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa. Senado Federal. Agosto de 2014.
6. VASCONCELOS, F. A. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. Revista de Nutrição, Campinas, 18(4):439-457, jul./ago., 2005
7. SILVA, S. P. A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2014. CDD 330.908
8. JESUS, J. G.; QUEIROZ, L. Desigualdade, insegurança alimentar e fome no Brasil. Jornal da USP, São Paulo, 8 de fev de 2023. Disponível em <<https://jornal.usp.br/?p=606537>>. Acesso 15 de jun de 2023.
9. MEDINA, L., *et al.* Desigualdades sociais no perfil de consumo de alimentos da população brasileira: Pesquisa Nacional de Saúde. REV BRAS EPIDEMIOL 2019; 22 (SUPPL 2): E190011.SUPL.2. DOI: 10.1590/1980-549720190011.supl.2

10. MOTA, E. A.; LARA, R. Desigualdade, fome e produção de alimentos. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 3, p. 437-442, set.-dez. 2022 ISSN 1982-0259. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e89701>
11. PAM 2020. Valor da produção agrícola nacional tem recorde em 2020 com R\$ 470,5 bilhões. Serviços de Informações do Brasil. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2021/09/valor-da-producao-agricola-nacional-tem-recorde-em-2020-com-r-470-5-bilhoes>>. Acesso em 17 de nov de 2022.
12. PAM. Valor de produção bate recorde, mas safra 2021 não supera ano anterior. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34943-valor-de-producao-bate-recorde-mas-safra-2021-nao-supera-ano-anterior#:~:text=Destaques,0%2C4%25%20em%202021.>> Acesso em 30 de out de 2022.
13. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de referência mundial na alimentação escolar completa 62 anos. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/46891-pnae-62-anos>>. Acesso em 19 de nov de 2022.
14. VASCONCELOS, F.A.G, MACHADO, M.L, MEDEIROS, M.A.T, NEVES, J.A., RECINE E, PASQUIM EM. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. Rev Nutr. 2019;32:e180161. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-9865201932e180161>
15. RUANO, O. A Construção e Implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Oficina Estadual para Implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. Porto Alegre, RS. Jul 2021.
16. CASTRO. I.R.R. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. Cad. Saúde Pública 2019; 35(2):e00009919. doi: 10.1590/0102-311X00009919
17. PLANALTO. Em 100 dias, 250 realizações que já mudaram os rumos do Brasil. Disponível em <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/em-100-dias-250-realizacoes-que-ja-mudaram-os-rumos-do-brasil>>. Acesso em 30 de jun de 2023.

ANEXOS

Anexo 1 – Cruzamento dos polos utilizados para as buscas nas Bases de dados.

Cruzamento dos polos: Base de dados BVS/LILACS

Polo	Sintaxe	Artigos
Polo 1 + Polo 2	(mh:("insegurança alimentar" OR "assistencia alimentar" OR "politica nutricional" OR "programas e politicas de nutricao e alimentacao" OR "seguranca alimentar")) AND (mh:("producao agricola" OR "agricultura" OR "produtos agricolas"))	N= 226
	(mh:("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security")) AND (mh:("agricultural production" OR "agriculture" OR " agricultural products")) AND (“brazil”)	N= 19
Polo 1 + Polo 3	(mh:("insegurança alimentar" OR "assistencia alimentar" OR "politica nutricional" OR "programas e politicas de nutricao e alimentacao" OR "seguranca alimentar")) AND (mh:("economia e organizacoes economicos" OR "fatores socioeconomicos" OR "economia" OR "economia dos alimentos" OR "economia rural"))	N= 68
	(mh:("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutritional policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security")) AND (mh:("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors " OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics")) AND (“brazil”)	N= 2
Polo 1 + Polo 4	(mh:("insegurança alimentar" OR "assistencia alimentar" OR "politica nutricional" OR "programas e politicas de nutricao e alimentacao" OR "seguranca alimentar")) AND (“lula” OR “bolsonaro” OR “dilma” OR “temer” OR “programa fome zero” OR “plano safra” OR “governo brasileiro”)	N= 9
	(mh:("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security")) AND (“squid” OR “bolsonaro” OR “dilma” OR “ temer” OR “zero hunger program” OR “harvest plan” OR “Brazilian government”) AND (“brazil”)	N= 0

Polo 2 + Polo 3	(mh:(("producao agricola" OR "agricultura" OR "produtos agricolas")) AND (mh:(("economia e organizacoes economicos" OR "fatores socioeconomicos" OR "economia" OR "economia dos alimentos" OR "economia rural"))	N= 1530
	(mh:(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products")) AND (mh:(("economics and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics"))) AND ("brazil"))	N= 51
Polo 2 + Polo 4	(mh:(("producao agricola" OR "agricultura" OR "produtos agricolas")) AND ("lula" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "programa fome zero" OR "plano safra" OR "governo brasileiro"))	N= 1
	((mh:(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products")) AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "government Brazilian")) AND ("brazil"))	N= 0
Polo 3 + Polo 4	(mh:(("economia e organizacoes economicos" OR "fatores socioeconomicos" OR "economia" OR "economia dos alimentos" OR "economia rural")) AND ("lula" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "programa fome zero" OR "plano safra" OR "governo brasileiro"))	N= 1
	(mh:(("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economy" OR "food economy" OR "rural economy"))) AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "Brazilian government"))	N= 2
Polo 1 + Polo 2 + "brasil"	(mh:(("inseguranca alimentar" OR "assistencia alimentar" OR "politica nutricional" OR "programas e politicas de nutricao e alimentacao" OR "seguranca alimentar")) AND (mh:(("producao agricola" OR "agricultura" OR "produtos agricolas"))) AND ("brasil"))	N= 17
	Total	N= 1.926

Cruzamento dos polos: Base de dados PubMed/MEDLINE

Polo	Sintaxe	Artigos
Polo 1 + Polo 2	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("agricultural production" OR "agriculture" OR " agricultural products")) AND ("brazil")	N= 210
Polo 1 + Polo 3	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutritional policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors " OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics")) AND ("brazil")	N= 89
Polo 1 + Polo 4	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR " temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "Brazilian government")) AND ("brazil")	N= 10
Polo 2 + Polo 3	(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products") AND ("economics and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics")) AND ("brazil")	N= 441
Polo 2 + Polo 4	(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "government Brazilian")) AND ("brazil")	N= 80
Polo 3 + Polo 4	(("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economy" OR "food economy" OR "rural economy") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "Brazilian government")) AND ("brazil")	N= 65
	Total	N= 895

Cruzamento dos polos: Base de dados Scopus/Elsevier

Polo	Sintaxe	Artigos
Polo 1 + Polo 2	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("agricultural production" OR "agriculture" OR " agricultural products")) AND ("brazil")	N= 331
Polo 1 + Polo 3	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutritional policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors " OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics")) AND ("brazil")	N= 92
Polo 1 + Polo 4	(("food insecurity" OR "food assistance" OR "nutrition policy" OR "nutrition and food programs and policies" OR "food security") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR " temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "Brazilian government")) AND ("brazil")	N= 21
Polo 2 + Polo 3	(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products") AND ("economics and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economics" OR "food economics" OR "rural economics")) AND ("brazil")	N= 526
Polo 2 + Polo 4	(("agricultural production" OR "agriculture" OR "agricultural products") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "government Brazilian")) AND ("brazil")	N= 7
Polo 3 + Polo 4	(("economy and economic organizations" OR "socioeconomic factors" OR "economy" OR "food economy" OR "rural economy") AND ("squid" OR "bolsonaro" OR "dilma" OR "temer" OR "zero hunger program" OR "harvest plan" OR "Brazilian government")) AND ("brazil")	N= 184
	Total	N= 1.161